

Educação é um Direito:

A experiência do projeto
Territórios em Rede em
Ourilândia do Norte

**Ourilândia
do Norte**

Pará



Territórios
em Rede



Educação é um Direito:

A experiência do projeto
Territórios em Rede em
Ourilândia do Norte

Ourilândia do Norte

Pará

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Educação é um direito [livro eletrônico]: a experiência do projeto Territórios em Rede em Ourilândia do Norte/

Miriam Krenzinger... [et al.];
organização Eliana Sousa Silva...[et al.];
coordenação Associação Cidade Escola Aprendiz.
São Paulo: Associação Cidade Escola Aprendiz, 2024.
PDF

Outros autores: Natália Guindani, Bruna Musumeci,
Luiza Santos, Fernando Mendes, Julia Ventura,
Dalcio Marinho.

Outros organizadores: Julia Ventura, Natacha Costa,
Raiana Ribeiro.
ISBN 978-85-64569-25-6

1. Crianças e adolescentes – Educação 2. Direito à educação
3. Educação – Projetos 4. Exclusão escolar
5. Políticas educacionais 6. Projeto Territórios em Rede.

I. Krenzinger, Miriam. II. Guindani, Natália. III. Musumeci, Bruna.
IV. Santos, Luiza. V. Mendes, Fernando. VI. Ventura, Julia.
VII. Marinho, Dalcio. VIII. Silva, Eliana Sousa.
IX. Associação Cidade Escola Aprendiz. X. Ventura, Julia.
XI. Costa, Natacha. XII. Ribeiro, Raiana.

24-236534

CDD-370

Índices para catálogo sistemático:

1. Projetos educacionais: Planejamento e gestão: Educação 370

Eliane de Freitas Leite – Bibliotecária – CRB 8/8415

Educação é um Direito:

A experiência do projeto
Territórios em Rede em
Ourilândia do Norte

Ourilândia do Norte

Pará

2024

Iniciativa:



Parceiro Executor:



Parceiro Investidor:



Parceiro Institucional:





Você conhece crianças ou adolescentes de Orlândia do Norte que não estão estudando?

Envie uma mensagem que o projeto Territórios em Rede pode te ajudar!

WhatsApp:
(94) 99145-1640

www.territoriosnorte.org.br

Parceiros:
GOV. DO ACRE
Arendiz
WHEATON

Você conhece alguma criança ou adolescente da escola?

WhatsApp:
99145-1640

GOV. DO ACRE
Arendiz
WHEATON

Foto: Bruno Pompeu, 2023.



Apresentação

A Fundação Vale, criada há mais de 50 anos, tem a missão de contribuir para o desenvolvimento social dos territórios onde a Vale atua. Por meio do fortalecimento de políticas públicas e da atuação conjunta com instituições parceiras, soma esforços para transformar a realidade dos públicos atendidos pelos seus programas.

Atualmente, a Fundação Vale desenvolve atividades principalmente em cinco estados – Pará, Maranhão, Espírito Santo, Minas Gerais e Rio de Janeiro –, e conta com uma rede de parceiros institucionais, executores e investidores para potencializar seu trabalho nos campos de Educação, Saúde, Assistência Social e Geração de Renda.

Fazem parte dessa rede as secretarias municipais, empresas privadas e públicas, além de organizações do terceiro setor com experiência em políticas públicas como a Associação Cidade Escola Aprendiz, entre outros.

No campo da Educação, a Fundação Vale foca hoje no desenvolvimento de ações de fortalecimento dos processos de alfabetização e de combate à exclusão escolar, visando a promoção do Direito à Educação de qualidade para todos.



www.fundacaovale.org

A sistematização da experiência do Territórios em Rede em Ourilândia do Norte (PA), apresentada nesta publicação, é resultado de um esforço coletivo que envolveu depoimentos e registros documentais, além da organização de todo o conhecimento produzido a partir das ações do trabalho em campo. Nosso objetivo é destacar o que foi, cuidadosamente, construído e vivenciado ao longo desta experiência. Para isso, buscamos lançar luz sobre o processo de cocriação de estratégias que operaram de forma integrada e intersetorial, com o propósito de promover uma agenda de prevenção e enfrentamento da exclusão escolar em toda a comunidade de Ourilândia do Norte.

Os registros consolidados neste documento visam servir como referência para o desenvolvimento de políticas públicas que garantam o Direito à Educação de crianças e adolescentes. Nossa intenção é compartilhar dados e análises com outros municípios, a fim de impulsionar o combate à exclusão escolar em novos contextos, visto que tal fenômeno afeta todo o país. Esperamos que a organização deste legado transcenda fronteiras e fortaleça o Direito à Educação como uma pauta pública permanente no Brasil.

Sumário

7 Apresentação

11 Introdução

11 O projeto Territórios em Rede

16 O município de Ourilândia do Norte (PA)

21 A implementação do Territórios em Rede em Ourilândia do Norte

21 Pressupostos Éticos e Conceituais

25 Passos Estruturantes

71 Perfil das crianças e adolescentes em situação de exclusão escolar em Ourilândia do Norte

71 Observações Gerais

76 Destaques

81 Cenários da exclusão escolar

81 Motivos da Exclusão Escolar

84 Casos Ilustrativos

88 Intersetorialidade

91 Resultados e impactos

91 Métodos de Identificação e Resultados

94 Incidência Política

101 Considerações e aprendizagens



Foto: Bruno Pompeu, 2023.

Introdução

O projeto Territórios em Rede

A Fundação Vale, em parceria com a Cidade Escola Aprendiz, iniciou a implementação do Territórios em Rede (TR) em 2020, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento social e territorial de municípios, a partir da agenda de enfrentamento da exclusão escolar.

Por meio da articulação de setores governamentais e não governamentais, o projeto incentivou o desenvolvimento de políticas públicas e ações que visavam contribuir para a garantia do acesso e da permanência de crianças e adolescentes na rede pública de ensino.

Sob estas condições, a iniciativa destaca e enfatiza a importância da efetivação do Direito à Educação no Brasil, previsto na Constituição Federal de 1988, como um esforço conjunto do Estado e da sociedade.

Numa perspectiva ético-política e legal, garantir o acesso à Educação como um direito fundamental

requer a implementação de ações estruturadas e direcionadas para interromper a perpetuação e a reprodução das desigualdades e das

- Em nível nacional, a pandemia da covid-19 agravou o risco de exclusão escolar, afetando, principalmente, crianças e adolescentes que enfrentavam dificuldades na Educação. Isso ampliou as já existentes desigualdades de acesso e permanência na escola, com mais de cinco milhões de crianças e adolescentes entre 6 e 17 anos não matriculados ou sem acesso à aprendizagem, sendo que mais de 40% de crianças de 6 a 10 anos tinham acesso à escola praticamente universal, antes da pandemia.¹

¹ Dados do relatório Cenário da Exclusão Escolar no Brasil, publicado em 2021 pelo Unicef a partir de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2019.

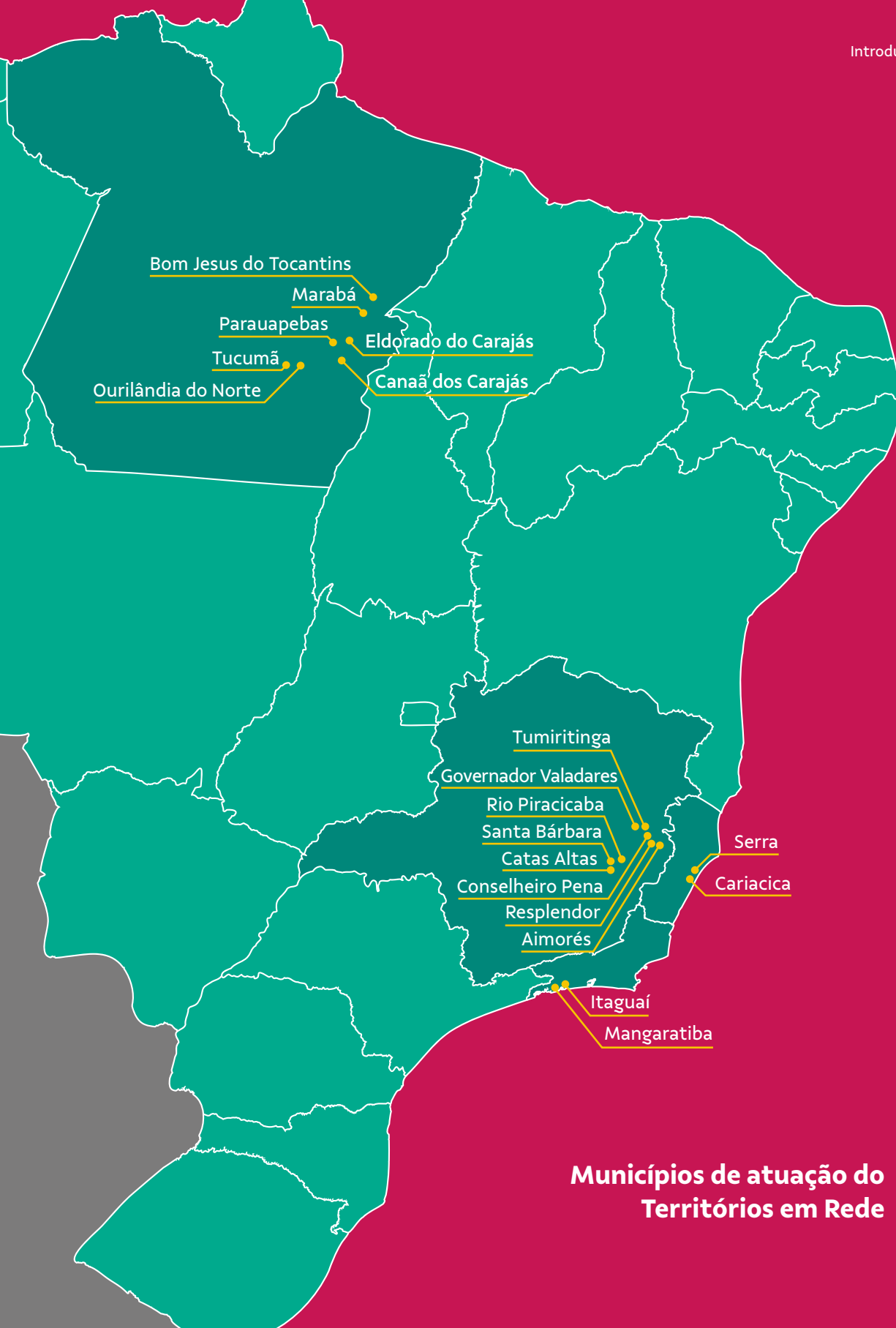
diversas formas de violência que afetam, sobretudo, a população pobre, negra e infantojuvenil de nosso país.

Deste modo, a garantia de uma Educação de qualidade para todas as crianças e adolescentes está intimamente relacionada ao caráter inclusivo da escola e, por conseguinte, à redução da pobreza e das desigualdades sociais – desafio que se complexificou com as crises econômica, ambiental e sanitária que assolaram nosso país nos últimos anos, afetando em especial crianças, adolescentes e os territórios mais pobres, por estarem mais vulnerabilizados e desassistidos pelas políticas públicas e pelas redes de proteção social.

O Territórios em Rede começou suas atividades em julho de 2020, nos municípios de Serra (ES) e Marabá (PA), que foram referência para a expansão da iniciativa em outros 17 municípios do país, ao longo dos anos subsequentes. Entre 2021 e 2024, o projeto foi realizado em municípios que abrangem mais de 2 milhões de pessoas.

Durante quatro anos de atuação contínua, o projeto, considerando diferentes tipos de atividades – formações, apoio à gestão, levantamento de dados, etc. –, conseguiu reintegrar um número expressivo de crianças e adolescentes ao sistema educacional. Este resultado demonstra o potencial da abordagem inter-setorial e interdisciplinar, com destaque na **Busca Ativa escolar** como estratégia eficaz para assegurar Educação e proteção social, especialmente àqueles que se encontram sob violações de direitos.

Desde a sua concepção, o Territórios em Rede destacou a importância da incidência política, visando à estruturação e à articulação de políticas públicas sustentáveis, para a prevenção da exclusão escolar. As experiências acumuladas reforçam a compreensão de que abordagens isoladas em políticas públicas podem resultar em ações fragmentadas que, com frequência, não conseguem alcançar o impacto desejado na prevenção da exclusão escolar, especialmente considerando-se a complexidade dos fatores que afetam as condições de vida dos segmentos mais vulneráveis da população.



**Municípios de atuação do
Territórios em Rede**

Especialmente durante a pandemia da covid-19, a Busca Ativa escolar mostrou-se uma estratégia essencial para apoiar e fortalecer o diálogo entre as unidades escolares, os demais agentes do Sistema de Garantia de Direitos e as famílias. Essa articulação permitiu que situações de insegurança alimentar, violência doméstica, dentre outras violações de direitos, fossem identificadas e encaminhadas pela rede de proteção local, reafirmando a escola pública brasileira não apenas como um equipamento capaz de promover aprendizagens e o desenvolvimento de crianças e adolescentes, mas também uma estrutura fundamental para o acesso aos demais direitos sociais.

Como ponto de partida, o Territórios em Rede assumiu o conceito de exclusão escolar² ou desvinculação escolar, como um fenômeno complexo e multidimensional que afeta crianças e adolescentes que:

- estão sem acesso à unidade escolar;
- possuem acesso à unidade escolar e estão matriculados, mas não frequentam regularmente as atividades escolares;
- não estão matriculados, devido a múltiplos fatores psicossocioculturais;
- não estão matriculados, devido à falta de vagas na rede pública de ensino e/ou vagas próximas de suas residências;
- evadiram ou abandonaram o sistema educacional;
- foram afetados por situação de calamidade pública, desastres ambientais, epidemias e/ou crise sanitária, com riscos à sua Saúde e a de seus familiares, e não participam de nenhum programa oficial estruturado.

² Julia Ventura, gestora estratégica do Territórios em Rede, em sua tese de doutorado (2021) demonstrou que fatores como discriminação racial e de gênero, pobreza urbana e rural, violência e baixa escolarização familiar são alguns dos desafios enfrentados para o acesso e a permanência na escola. Também estão entre os(as) mais excluídos(as) meninas e meninos com deficiência, migrantes, quilombolas e indígenas, em situação de trabalho infantil, que vivem em unidades de acolhimento institucional, sofrem algum tipo de exploração ou estão em conflito com a lei. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/54745/54745.PDF>.

Dessa forma, a exclusão escolar é entendida como um problema sistêmico, causado pelas profundas desigualdades econômicas, sociais, raciais, de gênero e territoriais que nos caracterizam como sociedade. Por isso, os caminhos para sua superação demandam uma atuação permanente, urgente e prioritária, até que seja definitivamente erradicada.

De olho na legislação

Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996) e o Plano Nacional de Educação (2014–2024), o Brasil estabeleceu metas ambiciosas e necessárias, que estão, ainda, distantes de serem alcançadas. Uma delas é a universalização do Ensino Fundamental de nove anos, para crianças de 6 a 14 anos, com a meta de que, pelo menos, 95% delas concluam essa etapa na idade recomendada. Além disso, o Plano busca universalizar a Educação Infantil na pré-escola para crianças de 4 e 5 anos; expandir a oferta da modalidade em creches, para atender, pelo menos, metade das crianças de até 3 anos de idade no país; e aumentar a taxa de matrículas de adolescentes, entre 15 e 17 anos, no Ensino Médio, para 85%.

Por isso, a Fundação Vale e a Cidade Escola Aprendiz compreendem o Territórios em Rede como iniciativa-chave para o enfrentamento da exclusão escolar, respeitando as diversidades de cada território. A proposta oferece caminhos para o desenvolvimento territorial em múltiplas frentes, reconhecendo as capacidades técnicas dos agentes e sua possibilidade de criar uma metodologia a partir de suas necessidades.



Foto: Bruno Pompeu

O município de Ourilândia do Norte (PA)

Ourilândia do Norte é um município localizado no sudeste do estado do Pará. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), sua extensão territorial é de, aproximadamente, 14.400 km², sendo que, deste total, pouco menos que 11 km² constitui uma área urbanizada.³

A sua origem remonta ao ano de 1981, quando foram iniciadas as obras do chamado Projeto Tucumã na região. Esse era um projeto particular, implantado numa área correspondente a 400 mil hectares, de propriedade da União, localizada no município de São Félix do Xingu. A área do Projeto seria servida pela PA-279, ligando o município de São Félix do Xingu à Rodovia Paulo Fonteles (PA-150) e desta à Rodovia Belém-Brasília (BR-010), pela BR-222.

³ <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/ourilandia-do-norte/historico>.

O empreendimento, executado por uma empresa privada, tinha como finalidade a ocupação, mediante planejamento, de uma região no sudeste do Pará, na Amazônia Legal, onde há grandes reservas minerais. Os colonos, originários de estados como o Paraná e do Centro-Sul do Brasil, além da mineração, também visavam atividades agropecuárias, de modo que se deu início a um grande fluxo migratório que originou a cidade vizinha (Tucumã).

Ourilândia, a “terra do ouro”, teve origem, então, como um desdobramento desse processo, na reunião de um grupo de garimpeiros e de outros trabalhadores que não participaram diretamente do Projeto Tucumã por serem considerados mão de obra excedente ou desqualificada, estabelecendo-se, contudo, na localidade fronteira do Projeto, formando novos núcleos urbanos.

A urbanização de Ourilândia do Norte ocorre, assim, no contexto do Programa Grande Carajás, parte do processo de ocupação e de exploração da Amazônia, por meio de grandes garimpos que se desenvolveram sobretudo durante a década de 1980, e sua emancipação é formalizada em 10 de maio de 1988.

Segundo o Censo Demográfico de 2022, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município possui 32.467 habitantes. A população é composta por 20.686 pessoas pardas (63,7%), 3.135 pretas (9,7%) e 1.468 indígenas (4,5%). Os brancos e amarelos somam, respectivamente, 7.164 (22,1%) e 13 (0,04%) pessoas.

Em 2022, havia 4.764 pessoas ocupadas em emprego formal – o que representa apenas 14,7% da população. Já o rendimento médio desses trabalhadores formalizados era de 2,7 salários mínimos⁴ (IBGE, 2022).

No mês de junho de 2024, o município de Ourilândia do Norte teve 8.500 famílias cadastradas no Cadastro Único (CadÚnico), sendo 4.355 (51%) em situação de pobreza. Essas famílias somavam 22.927 pessoas, com 13.408 (58%) nessa

⁴ Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/ourilandia-do-norte/panorama>.

condição. Para fins dos programas sociais do Governo Federal, conforme a Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023, a família em situação de pobreza é aquela cuja renda mensal *per capita* não ultrapassa R\$ 218,00.

A atualização do CadÚnico a cada dois anos é requisito para o recebimento de benefícios. Em junho de 2024, 75% das famílias estavam com o Cadastro atualizado. Porém, entre as famílias com renda mensal *per capita* de até ½ salário mínimo, a atualização cadastral estava em 85% do total.

No mês de junho de 2024, o município de Ourilândia do Norte teve 4.830 famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família. Essas famílias reúnem 15.623 pessoas e totalizaram uma transferência mensal de R\$ 3.450.769,00, resultando em um benefício médio de R\$ 715,04 por família.

• Importante

- A situação de pobreza é
- caracterizada pela renda
- mensal de, no máximo,
- R\$ 218,00 por pessoa.
- Se a renda mensal não
- ultrapassar R\$ 109,00 por
- pessoa, a família é clas-
- sificada em situação de
- extrema pobreza.
- Fonte: Ministério do
- Desenvolvimento Social – MDS,
- Governo Federal, 2024.



Criança atendida pelo projeto e reinserida na escola

Foto: Bruno Pompeu.

Em maio de 2024, 5.839 beneficiários de 4 a 17 anos de idade tinham perfil para acompanhamento da condicionalidade em Educação no município de Ourilândia do Norte, com o cumprimento de frequência escolar mínima, conforme exigência do Bolsa Família. No período, foram acompanhados 91,2%, o que totaliza 5.323 beneficiários entre 4 e 17 anos (a cobertura nacional de acompanhamento foi de 80,6%). Entre crianças e adolescentes de 4 a 17 anos beneficiários do Bolsa Família que tiveram o acompanhamento da condicionalidade Educação, 95,9% cumpriram a exigência, que é de 60% de frequência escolar, para as crianças de 4 e 5 anos, e de 75%, para as crianças e adolescentes de 6 a 17 anos. As taxas de cumprimento da condicionalidade por faixa etária foram de 90,1%, na de 4 e 5 anos; 98,1%, na de 6 a 15 anos; e 90,9%, na de 16 e 17 anos.



“O trabalho de vocês foi uma ajuda importante no encaminhamento do meu filho para a escola e para o acompanhamento com a psicóloga. Ele está se desenvolvendo mais na escola. Muito bom o trabalho de vocês, ajudou 100%!”

Responsável por criança atendida pelo projeto em Ourilândia do Norte



Foto: Bruno Pompeu, 2023.

A implementação do Territórios em Rede em Ourilândia do Norte

Pressupostos Éticos e Conceituais

Direito à Educação

O Territórios em Rede (TR) tem como principal fundamento a defesa do Direito à Educação, que deve se concretizar a partir da corresponsabilização de diferentes setores da sociedade. Sob tal perspectiva, o projeto desenvolve ações formativas em diferentes frentes, criando estratégias em diálogo com múltiplas equipes e setores com os quais se relaciona.

Para assegurar o Direito à Educação para crianças e adolescentes, o projeto compreende não apenas a centralidade da escola, mas sua articulação ao Sistema de Garantia de Direitos e aos demais equipamentos que atendem à infância, à adolescência e às famílias, nas mais diferentes configurações.

Na escola, o estudante deve estar no centro do processo educativo, considerando-se suas necessidades, interesses e o contexto sociocultural – o que significa reconhecer a singularidade de cada sujeito e território, promovendo estratégias pedagógicas adequadas a cada um e a cada uma.



“O Direito à Educação opera como um multiplicador. Ele potencializa todos os demais direitos humanos quando garantido e impede o gozo da maior parte deles quando negado”.

— Katarina Tomasevski, 1ª relatora do Direito à Educação da Organização das Nações Unidas.

Território e Intersetorialidade

Ao mesmo tempo, o Territórios em Rede considera o papel do território no desenvolvimento das políticas educacionais, particularmente, para a efetiva inclusão de crianças e adolescentes que, por diferentes razões, estão fora da escola ou em risco de evasão escolar. Nesse sentido, os seguintes aspectos se destacam como seus pressupostos:

Contexto

O território é **contexto**. Como tal, expressa as identidades, a cultura, as condições de vida e a história das pessoas. Por isso, a construção de vínculos entre educadores e estudantes e a pertinência do projeto pedagógico (condições essenciais para a aprendizagem e o desenvolvimento) dependem do reconhecimento e da integração da questão territorial.

Participação

A **gestão democrática** só se realiza na integração com o território, já que a participação efetiva das famílias e da comunidade depende de que as pessoas se sintam reconhecidas como parte do processo educativo e corresponsáveis por apoiar o acesso à Educação de crianças e adolescentes.

Conhecimento

O território, seja ele qual for, é rico em **interações significativas** em estado potencial. Pessoas, saberes, recursos diferenciados podem ser articulados ao itinerário formativo dos estudantes, enriquecendo seu repertório, garantindo novas aprendizagens, ampliando seu olhar sobre o território e fortalecendo sua autonomia para estabelecer conexões possíveis que estão além das instituições.

Articulação Intersetorial

Para que crianças e adolescentes possam acessar a escola e aprender, é necessário criar condições para a sua **educabilidade** (Tedesco; López, 2002).⁵

5 TEDESCO, J. C.; LÓPEZ, N. "Algunos dilemas de la educación secundaria en América Latina". *REICE* – Revista Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación, vol. 2, n. 1, jan–jun, 2004. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=55120103>.

Ou seja, é fundamental que condições dignas de vida e direitos sejam observados. Para isso, é importante contar com a interlocução permanente e com o trabalho integrado a equipamentos e agentes de todos os setores que tiverem contribuições a dar para o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes (Educação, Saúde, desenvolvimento social, cultura, esporte e lazer, etc.).

Redes territoriais

Para tanto, é preciso reconhecer a importância das redes territoriais na promoção do Direito à Educação, na sua salvaguarda e na garantia dos demais direitos humanos.

Redes territoriais são os coletivos, organizações que se formam no âmbito dos territórios e que envolvem diferentes atores sociais – ativismo comunitário, sociedade civil organizada, gestão pública, etc. – articulados em torno de temáticas e/ou objetivos comuns. Com estruturas flexíveis, as redes costumam reunir indivíduos e instituições de forma democrática e participativa.



Crianças atendidas pelo Territórios em Rede entrando em uma unidade escolar de Ourilândia do Norte

Foto: Bruno Pompeu.

As redes de organizações territoriais podem ser constituídas de modo informal ou formal. Nas redes informais, observa-se a articulação de **ações comunitárias e projetos locais**, que podem estar conectados e em parceria com indivíduos e coletivos sociais envolvidos em causas e pautas comuns. Estas organizações, comumente, se reúnem para discutir propostas de desenvolvimento local e trocar informações sobre o território e os problemas da região.

Como estrutura formalizada, podemos compreender a criação de **redes de proteção social**, estabelecidas no conjunto de serviços e setores governamentais que atuam de modo integrado, buscando alinhamentos para assistir as pessoas, em vez de apenas encaminhá-las de um serviço para o outro. As redes formais são constituídas a partir de programas e políticas públicas intersetoriais no nível dos territórios. Tais redes possibilitam alinhar agendas e unificar cadastros e sistemas de informação, dentro de uma lógica de colaboração.

- **Importante!**
- Como princípio orientador,
- a **rede de proteção social territorial** desenvolve
- estratégias de integração
- dos agentes locais, buscando
- superar a lógica dos encaminhamentos dispersos por uma
- abordagem integrada, que
- prioriza a criação de comitês
- multidisciplinares de referência
- para cada família atendida.

Importância do Projeto Político Pedagógico (PPP)

A garantia do Direito à Educação pressupõe a articulação e a colaboração entre a escola e diferentes setores, organizações e sujeitos do território. O PPP é uma estratégia para materializar e concretizar relações no ambiente escolar, construído e monitorado colaborativamente, tornando-se instrumento essencial de democratização da gestão e do conhecimento.

A escola compõe ou dialoga diretamente com as redes – informais e formais – como parte integrante da dinâmica local do território em que se insere. Como um ator da comunidade atuante na melhoria das condições de vida e de desenvolvimento, a escola apoia o protagonismo de crianças e adolescentes no processo de aprendizagem, com foco na capacidade que têm de produzir conhecimento e atuar nas transformações de suas próprias vidas e da comunidade na qual estão inseridos.

A partir da articulação e mobilização de redes que envolvem diferentes agentes, programas, políticas públicas e iniciativas locais, buscam-se condições contínuas para o acesso à Educação, com garantia da aprendizagem e do desenvolvimento integral dos estudantes. Conectados por um objetivo comum, estes diferentes atores e instituições podem construir uma prática territorial intersetorial com participação comunitária.

A atuação em rede torna-se central para a efetivação da política educacional, com a participação ativa de famílias e da comunidade local. A abordagem está fundamentada em uma visão de escola pública participativa e democrática, com ênfase no desenvolvimento comunitário sustentável e na garantia do Direito à Educação de crianças e adolescentes.

Passos Estruturantes

O Territórios em Rede ampliou suas atividades no Pará, em 2021, envolvendo os municípios de Bom Jesus do Tocantins, Canaã dos Carajás, Eldorado do Carajás, Ourilândia do Norte, Parauapebas e Tucumã. Em Ourilândia do Norte, a iniciativa foi implementada a partir de julho de 2021.

Inicialmente, a Fundação Vale e a equipe gestora do projeto realizaram uma apresentação para as Prefeituras locais, com a presença das Secretarias Municipais de Educação, Saúde e Assistência Social. Esses encontros foram

estratégicos para iniciar as visitas às instituições públicas, que tiveram como objetivo alinhar procedimentos e começar o trabalho de campo.

Conhecendo o território

Após as pactuações e alinhamentos iniciais com a gestão pública do município, a equipe gestora se concentrou em estabelecer as bases para a implementação de sua metodologia e alcance de suas metas centrais:

Meta primária

Reinserir 432 crianças, considerando a estimativa de haver, aproximadamente, 1.180 crianças e/ou adolescentes fora da escola ou em risco de evasão no município de Ourilândia do Norte. Esta meta pretendia atingir 36% do público-alvo.

Meta secundária

Incidir sobre as políticas públicas de modo a fomentar a sustentabilidade das ações de prevenção e enfrentamento da exclusão escolar, a partir de ações intersetoriais da gestão pública.

A meta primária foi calculada com base na relação entre as informações obtidas por meio do Diagnóstico Socioterritorial e a capacidade da equipe de campo disponível à época. Para apoiar a meta principal, foram estabelecidos indicadores de processo, que serviam ao monitoramento das atividades planejadas e executadas. A segunda meta teve como objetivo apoiar o trabalho das Secretarias, a partir da estruturação de estratégias permanentes e intersetoriais.

Para alcançar os objetivos e metas previstos, deu-se início a um conjunto de ações estratégicas. Enquanto algumas aconteceram no início da implementação, outras foram realizadas, continuamente, ao longo de todo percurso do projeto:

- **Estruturação e Formação das equipes** de campo e planejamento;
- **Articulação Intersectorial com a criação de um Comitê Gestor Intersectorial (CGI)** com foco na questão da exclusão escolar;

- **Diagnóstico Socioterritorial** para obtenção de dados e informações sobre o município;
- **Formação em Serviço:** capacitação de agentes públicos e da sociedade civil para a incorporação da metodologia, conferindo sustentabilidade às ações implementadas;
- **Comunicação Comunitária e Mobilização Social:** estratégias de comunicação, a fim de sensibilizar e mobilizar o município para a agenda do enfrentamento da exclusão escolar;
- **Busca Ativa escolar e Articulação no território:** trabalho de campo voltado para a identificação de crianças e/ou adolescentes em situação de exclusão escolar (visitas domiciliares e contato telefônico), bem como na mobilização de agentes, organizações sociais e equipamentos públicos em nível territorial;
- **Avaliação e Monitoramento:** cadastro de casos em sistema próprio, permitindo a construção de um banco de dados com informações socioeconômicas de cada criança, adolescente e família atendidos;
- **Sistematização da Metodologia,** discutindo aprendizagens e o legado sobre a incidência política do Territórios em Rede no município.

Uma vez que a iniciativa tinha como foco garantir o acesso e a permanência na escola, mantendo o vínculo de estudantes e suas famílias com as unidades escolares e assegurando sua proteção social, articular a rede de proteção social existente no município era condição necessária para o retorno às aulas e na prevenção do risco crescente de exclusão escolar.

A equipe para o trabalho de campo foi composta por uma gestora e duas articuladoras que, além de residirem no município, detinham conhecimento do território e da oferta de serviços públicos pela rede intersetorial daquela localidade.

Desenho para a implementação*



* Adaptação a partir do desenho de equipe do Territórios em Rede com vistas à sua replicação.

Formação inicial e continuada da equipe

Em meio a um cenário desafiador, o projeto em Ourilândia do Norte não apenas avançou na sua estruturação, mas promoveu um ciclo formativo para a equipe que seria responsável pela implementação da experiência nos territórios, assim como criou canais de comunicação, visando ações integradas entre as Secretarias de Educação, Saúde e Assistência Social.

O processo formativo abordou princípios do Direito à Educação, formação de redes e ação intersetorial, além de discutir a importância de um olhar complexo e multidimensional sobre o território, sobre a metodologia da Busca Ativa escolar, ações técnicas no uso de aplicativos e a inserção de dados para o monitoramento e o acompanhamento dos casos identificados.



Equipe em Busca Ativa escolar
em Ourilândia do Norte

A formação teve como eixos o planejamento e a implementação de estratégias voltadas à consolidação da rede de proteção de crianças e adolescentes identificados pelo projeto, seguindo os pressupostos da legislação brasileira pertinente ao tema.

Foco na legislação!

Constituição Federal (CF) 1988

Estabelece que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à Saúde, à alimentação, à Educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.⁶

Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) 1990

Reforça os direitos de crianças e adolescentes, garantindo proteção integral e priorizando o bem-estar deste público. A Lei também estabelece diretrizes para a criação de políticas públicas voltadas para este segmento da população.⁷

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 1996

Apresenta as diretrizes e bases da Educação nacional, garantindo o Direito à Educação e estabelecendo normas para sua organização.⁸

Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) 2010

Orientam a formulação dos currículos para o Ensino Fundamental de nove anos, garantindo a inclusão, a permanência e a qualidade da Educação.⁹

6 BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília/ DF: Presidência da República, [1988/2023]. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm.

7 BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília/DF: Senado Federal, 1990. Disponível em https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/598834/Eca_normas_correlatas.pdf.

8 BRASIL. *Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da Educação nacional. Brasília/DF: Diário Oficial da União. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm.

9 BRASIL. *Resolução CNE/CEB 7/2010*. Brasília/DF: Diário Oficial da União, 15 de dezembro de 2010, Seção 1, p. 34. Disponível em http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb007_10.pdf.



Equipe em Busca Ativa escolar
em Ourilândia do Norte

Foto: Bruno Pompeu – setembro/2023.

Equipe em campo

A equipe do Territórios em Rede de Ourilândia do Norte entrou em campo no mês de agosto de 2022. Para melhor identificar os articuladores, um vídeo de apresentação da equipe foi divulgado para as instituições da rede de proteção local. Com isso, as parcerias foram crescendo, sobretudo com as instituições de ensino.



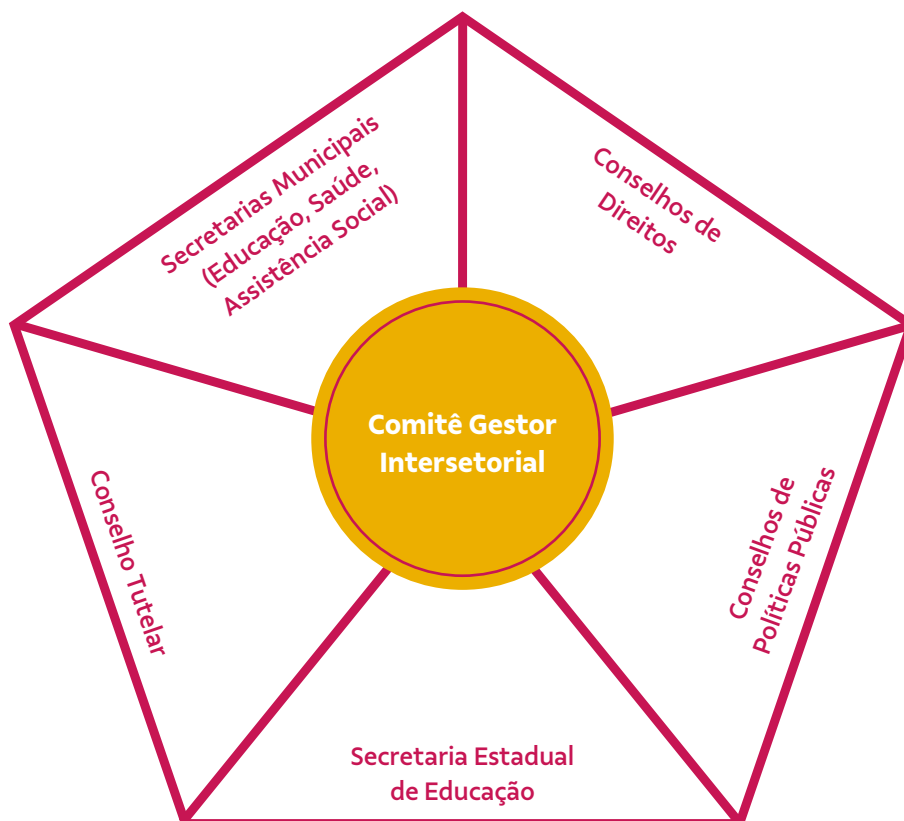
↑ Apresentação equipe de
Ourilândia do Norte

Articulação Intersectorial e criação do Comitê Gestor Intersectorial

Considerando-se a complexidade do fenômeno da exclusão escolar, foram estabelecidas parcerias com instituições e órgãos públicos necessários para a implementação da proposta. Nesse período, a equipe promoveu visitas a entidades civis e governamentais, visando divulgar e fortalecer articulações e fluxos para identificar crianças e/ou adolescentes fora da escola ou em situação de infrequência.

A formação do **Comitê Gestor Intersetorial**, peça-chave do projeto, tem como finalidade estabelecer-se como um fórum de articulação de políticas e análise de casos de exclusão escolar no município. Seu principal objetivo é aumentar a integração das ações governamentais em todos os níveis, com a participação ativa de gestores, visando à ativação das redes de proteção social e ao acesso aos direitos de cidadania.

De caráter multidisciplinar, o Comitê tornou-se essencial para integrar os serviços de Educação, Saúde e Assistência Social, dentre outros. Os componentes e as diretrizes eram definidos e apresentados pelas equipes técnicas das Secretarias, seguidas pela equipe de campo, que trabalhava em diálogo direto com os agentes locais das diferentes pastas para fortalecer a rede de proteção de crianças e adolescentes em risco de evasão escolar.



O trabalho de fomento à intersetorialidade realizado no âmbito do **Comitê Gestor Intersetorial** (CGI) possui os seguintes objetivos gerais:

Objetivos gerais do CGI:

- Incentivar e fortalecer a cultura de organização intersetorial das políticas públicas;
- Instaurar um fórum de gestão compartilhado de acompanhamento da implementação do projeto com o Poder Público;
- Contribuir com a promoção de agendas reflexivas e com a proposição de ações práticas, voltadas para a proteção integral de crianças e adolescentes, por meio da prevenção e do enfrentamento da exclusão escolar;
- Desenvolver um processo de construção de autonomia na gestão intersetorial do Comitê, para a sustentabilidade de suas ações;
- Apoiar a constituição e a implementação de uma política pública municipal intersetorial de prevenção e enfrentamento da exclusão escolar;
- Promover um percurso formativo em torno da metodologia do Territórios em Rede, com representantes das políticas públicas.

De modo a fortalecer a comunicação entre os diferentes agentes envolvidos no Comitê, foram realizadas reuniões de trabalho nas quais a equipe local apresentou suas principais ações.

Nos encontros, casos críticos de crianças e/ou adolescentes fora da escola ou em risco de evasão foram debatidos, e diferentes estratégias desenhadas, a fim de responder, de forma efetiva, aos desafios identificados.

Desafios encontrados em Ourilândia do Norte

- A partir do reconhecimento das principais dificuldades, o Comitê Gestor estabeleceu o fluxo de informações e definiu indicadores para monitorar o número de crianças e adolescentes em idade escolar. Os dados, alimentados no sistema georreferenciado do Territórios em Rede, não apenas mapearam a realidade da exclusão escolar, mas auxiliaram no acompanhamento e na avaliação das ações implementadas.



Fonte: banco de imagem do projeto, ano 2022.

Apresentação do diagnóstico municipal feita pelo consultor de estatística e dados do projeto, Dalcio Marinho, para o Comitê Gestor Intersectorial de Ourilândia do Norte.

Diagnóstico Socioterritorial

Para garantir o alinhamento da metodologia à realidade local, a equipe buscou informações em bases de dados secundárias, que pudessem fornecer subsídios ao diagnóstico socioterritorial e auxiliar no entendimento das famílias mais vulneráveis aos processos de exclusão escolar.

O diagnóstico formou um painel de indicadores de vulnerabilidade social, com interesse na elaboração de um panorama sobre a situação da exclusão escolar no município. Além de oferecer uma base para a compreensão do desenvolvimento humano no território, possibilitou o cruzamento de dados e uma visão integrada dos desafios da Educação.

O diagnóstico ofereceu, ainda, subsídios para as políticas sociais, tanto em sua elaboração inicial, quanto ao ter sido alimentado ao longo do processo, tornando-se ferramenta essencial para a análise das demandas sociais pelo Direito à Educação, ao transformar cadastros individuais e listas de nomes em informações concretas e vivas, mostrando a conexão de crianças e adolescentes com seus territórios, grupos populacionais, e trazendo marcadores de classe, raça e gênero.

De acordo com dados do Censo do IBGE, a população de Ourilândia do Norte aumentou 18,7%, entre 2010 e 2022, enquanto o contingente de 4 a 17 anos só cresceu 3,1% no mesmo período. Por um lado, a redução da fecundidade, que ainda se mostra em curso no município, associada ao envelhecimento da população pode responder, em parte, por esta evolução demográfica, mas, por outro lado, cabe considerar que a migração de entrada pode estar trazendo para o município um contingente adulto expressivo para compor a força de trabalho.

População de 4 a 17 anos por faixa etária escolar em 2010 e 2022 – Ourilândia do Norte

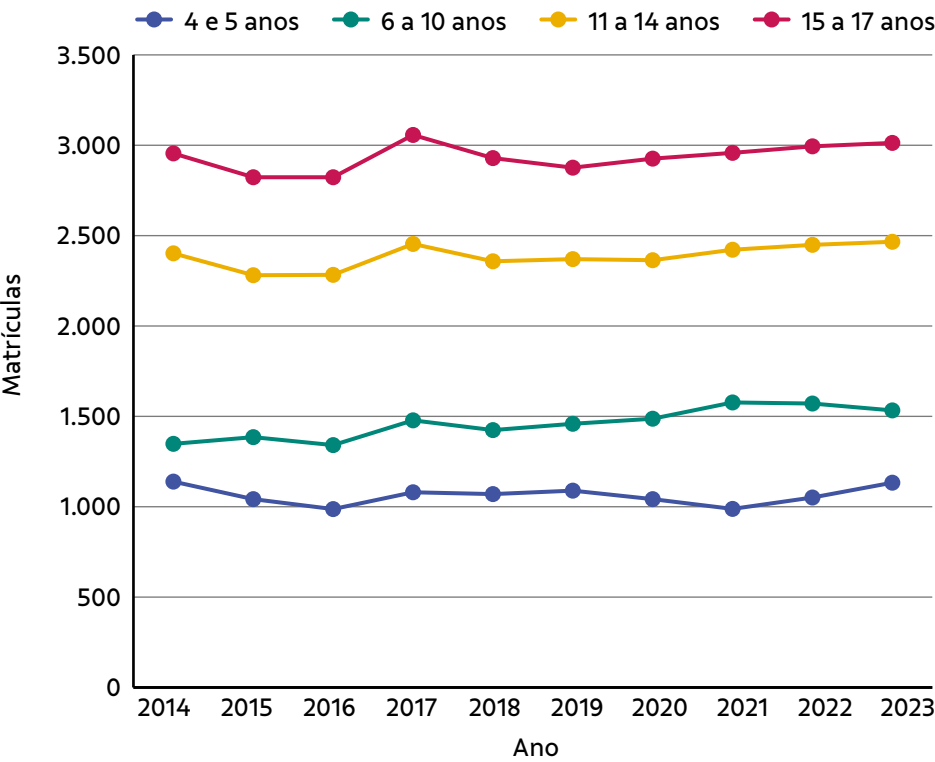
Idade	Ano	
	2010	2022
4 e 5 anos	1.140	1.196
6 a 10 anos	2.893	3.053
11 a 14 anos	2.374	2.431
15 a 17 anos	1.847	1.831
Total	8.254	8.511

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010 e 2022.

O número de matrículas de estudantes com idades entre 4 e 17 anos expandiu 24,7%, entre 2010 e 2022, o que é, relativamente, bem mais do que o aumento da população infantojuvenil. Este é um indicativo de que a cobertura do atendimento escolar avançou no período. Na data de referência do Censo Escolar de 2023 (31 de maio), havia 9.716 matrículas na Educação Básica, sendo 8.145 de crianças e adolescentes com idades entre 4 e 17 anos.

O gráfico a seguir mostra o número de matrículas segundo a faixa etária do estudante, a despeito da etapa escolar que frequentava, entre os anos de 2014 e 2023.

Número de matrículas, por faixa etária, de 2014 a 2023 – Ourilândia do Norte



	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
4 e 5 anos	1139	1042	987	1080	1070	1089	1042	988	1051	1133
6 a 10 anos	2955	2823	2823	3057	2929	2876	2926	2958	2994	3013
11 a 14 anos	2402	2281	2283	2454	2358	2370	2364	2422	2449	2466
15 a 17 anos	1348	1385	1341	1478	1424	1459	1487	1577	1571	1533

Fonte: Inep, Censo Escolar da Educação Básica, 2014 a 2023.



Foto: Bruno Pompeu, 2023.

Segundo o Censo Escolar da Educação Básica de 2023, a rede municipal de ensino em Ourilândia do Norte foi responsável por 74,8% das matrículas na Educação Básica, e a rede estadual, por 11,4%. As unidades de ensino privadas somaram 13,7% das matrículas. Na Educação Infantil, a rede municipal foi responsável por 85,6% das matrículas na creche e de 92,5%, na pré-escola, sendo o restante das matrículas oferecido pela rede privada. Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, a rede municipal estava responsável por 91,5% das matrículas e a rede privada, por 8,5%. Nos anos finais do Ensino Fundamental, a rede municipal ofereceu 91% das matrículas e a rede privada, 9%. No Ensino Médio, a rede estadual reuniu 88,5% das matrículas e o restante ficou com a rede privada.

A distribuição das matrículas na Educação Básica, por gênero, no município reflete um quadro comum no Brasil: os meninos predominaram numericamente em 2023, correspondendo a 51,1% dos estudantes. Entretanto, no Brasil, em geral, a evasão escolar durante a Educação Básica impacta mais os meninos, fazendo com que as meninas sejam maioria no Ensino Médio – o que se reproduz em Ourilândia do Norte, onde elas somaram 53,7% nessa etapa escolar. Vale destacar, porém, que na pré-escola do município, as meninas também estavam em maior número (50,1%), o que não é uma realidade típica no Brasil. Na creche e no Ensino Fundamental, os meninos eram maioria, em 2023.

A declaração por cor ou raça dos estudantes de Ourilândia do Norte no Censo Escolar de 2023 alcançou somente 29,5% das matrículas. Nesse contingente, de 2.866 matrículas, os estudantes declarados pardos eram 54,9% e os indígenas, 24,9%. Além desses, 15,9% foram declarados brancos, 2,8%, pretos, e 1,4%, amarelos.

Matrículas na Educação Básica com declaração de Cor ou Raça em 2023 – Ourilândia do Norte

Cor ou Raça	Matrículas	%
Parda	1.574	54,9%
Indígena	714	24,9%
Branca	457	15,9%
Preta	80	2,8%
Amarela	41	1,4%
Total	2.866	100%

Nota: Foram consideradas somente as matrículas com a informação de cor ou raça, referentes a 29,5% do total (6.850 matrículas não tiveram a informação).

Fonte: Inep. Censo Escolar da Educação Básica, 2023.

Ainda segundo dados do Censo Escolar de 2023, o horário integral (mínimo de 7 horas por dia) é oferecido na Educação Infantil de Ourilândia do Norte, mas alcança apenas 23,8% das matrículas na creche e 3,7%, na pré-escola. Nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental é predominante o horário parcial (menos de 7 horas por dia), com 89,5% e 95,3%, respectivamente. No Ensino Médio, 99,7% das matrículas são oferecidas em horário parcial.

Percentual de Matrículas na Educação Básica com jornada em Tempo Integral em 2023 – Ourilândia do Norte

Etapa	%
Creche	23,8%
Pré-escola	3,7%
Anos iniciais do Ensino Fundamental	10,5%
Anos finais do Ensino Fundamental	4,7%
Ensino Médio	0,3%

Fonte: Inep. Censo Escolar da Educação Básica, 2023.

A Taxa de Distorção Idade-série (TDI) é o indicador que expressa o percentual de estudantes com idade que esteja dois ou mais anos acima da recomendada para a série escolar em que estão matriculados.

Em Ourilândia do Norte, no ano de 2023, a TDI dos anos iniciais do Ensino Fundamental foi de 12,8% e a dos anos finais, de 32%. Essas taxas são maiores que as médias brasileiras para as respectivas etapas (7,5% e 17%), porém, um pouco abaixo dos percentuais do estado do Pará (14,9% e 32,8%).

No Ensino Médio, 29,7% dos estudantes estão com idade acima da esperada para o ano escolar que frequentam. Embora a distorção idade-série alcance 32,5% dos estudantes paraenses que estão no ensino médio, a de Ourilândia do Norte também é uma TDI elevada, haja vista que a média brasileira é de 19,5%.

No entanto, apesar de ainda elevada, a distorção idade-série vem diminuindo paulatinamente no município de Ourilândia do Norte e os percentuais alcançados em 2023, nas três etapas mencionadas, são os menores já registrados no município.

Taxa de Distorção Idade-Série em 2023 – Ourilândia do Norte

Etapa	TDI
Anos iniciais do Ensino Fundamental	12,8%
Anos finais do Ensino Fundamental	32,0%
Ensino Médio	29,7%

Fonte: Inep. Censo Escolar da Educação Básica, 2023.

A taxa de aprovação do Ensino Fundamental, em 2023, foi de 97,4% nos anos iniciais e de 92% nos anos finais. Salvo os anos da pandemia da covid-19, ou seja, 2020 e 2021, em que as taxas de aprovação foram elevadas em consequência da flexibilização dos mecanismos de avaliação, essas foram as maiores verificadas no município nessas etapas.

No Ensino Médio, a taxa de aprovação foi de 98,3% em 2023 – o que representa um salto em relação à série histórica do município. Com exceção do ano de 2020, o melhor resultado havia sido alcançado em 2017, quando quase 85% dos estudantes do Ensino Médio haviam sido aprovados.

A taxa de abandono escolar expressa, dentre os estudantes que estavam matriculados no final do mês de maio, aqueles que não terminaram o ano letivo vinculados a uma escola.

A Taxa de Abandono dos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental foram, em 2023, de 0,5% e 2,3%, respectivamente. Salvo o ano de 2020, em que as

aulas presenciais estavam suspensas devido à pandemia da covid-19, essas são as menores já registradas no município.

No Ensino Médio, a Taxa de Abandono foi de 0,1%, ou seja, residual. Em 2020, primeiro ano da pandemia, havia sido de 0,2%, mas vale destacar que antes, entre 2013 e 2019, oscilava entre 10% e 20%.

- **Ponto de atenção!**

- Para o sistema educacional, há uma diferença entre as definições de **abandono** e **evasão escolar**.
- Abandono é o ato de parar de frequentar a escola antes de terminar o ano letivo. Já a evasão refere-se ao estudante que abandonou a escola, ou até mesmo chegou ao final do ano letivo, mas não retornou no ano seguinte para o sistema escolar.

Taxa de Aprovação em 2022 – Ourilândia do Norte

Etapa	Taxa de aprovação
Anos iniciais do Ensino Fundamental	97,4%
Anos finais do Ensino Fundamental	92,0%
Ensino Médio	98,3%

Fonte: Inep. Censo Escolar da Educação Básica, Situação do Aluno, Taxas de Rendimento, 2022.

Taxa de Abandono em 2022 – Ourilândia do Norte

Etapa	Taxa de abandono
Anos iniciais do Ensino Fundamental	0,5%
Anos finais do Ensino Fundamental	2,3%
Ensino Médio	0,1%

Fonte: Inep. Censo Escolar da Educação Básica, Situação do Aluno, Taxas de Rendimento, 2022.



Fonte: banco de imagens do projeto, novembro/2022.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de 2023 referente ao Ensino Fundamental das escolas públicas de Ourilândia do Norte foi de 5,0, nos anos iniciais, e 4,4, nos anos finais. Ambos os índices estão acima do IDEB paraense, que foi de 4,8 e 4,2, respectivamente. Em relação à medição de 2021, aumentou dois décimos, nos anos iniciais, e se manteve igual, nos anos finais. No Ensino Médio, o IDEB deu um salto de 2,8, em 2021, para 4,1, em 2023, porém, ainda se encontra abaixo do índice do Estado do Pará.

No Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) de 2023, as escolas públicas de Ourilândia do Norte superaram as notas alcançadas em 2021 nas três etapas avaliadas. Isso ocorreu tanto em Língua Portuguesa quanto em Matemática.

Busca Ativa escolar

O trabalho de Busca Ativa escolar proposto pelo Territórios em Rede se organiza também no “bater de porta em porta”, caminhando pelas ruas e, como o próprio nome indica, buscando, investigando o território, falando com moradores e trabalhadores, e acionando as instituições por caminhos complementares. A Busca Ativa escolar é, em alguma medida, um conjunto de estratégias e ações de comunicação e articulação comunitária.

Dados da rede pública de ensino em Ourilândia do Norte

IDEB da rede pública em 2021

Anos iniciais do Ensino Fundamental	Anos finais do Ensino Fundamental
5,0	4,4

Matrículas em 2023

Ensino Fundamental	Ensino Médio
5.942 matrículas	1.143 matrículas

Docentes em 2023

Ensino Fundamental	Ensino Médio
235 docentes	34 docentes

Número de estabelecimentos de ensino em 2023

Ensino Fundamental	Ensino Médio
30 escolas	3 escolas

Além do trabalho inicial com as listagens oficiais da Secretaria de Educação, a Busca Ativa escolar teve início a partir da articulação de diferentes fontes de informação, que possibilitassem identificar possíveis situações de desvinculação que pudessem se tornar casos de infrequência ou evasão. Para tanto, foram realizados (como ações iniciais da estratégia) o mapeamento e a articulação de instituições, além de ações de mobilização e comunicação local.

Mapeamento de instituições e demandas

- Mapeamento de instituições e serviços disponíveis, feito pelos articuladores;
- Apresentação dos objetivos, metas e estrutura do projeto em cada instituição visitada;
- Contato com as escolas do território para identificar crianças e/ou adolescentes em situação de infrequência ou exclusão escolar.

Com o apoio das lideranças das pastas da Educação, Saúde e Assistência Social, a equipe de campo iniciou o diálogo e o acompanhamento com as pessoas que realizaram o trabalho na ponta e cotidianamente. Na Educação, por exemplo, a fim de estreitar a relação e a colaboração entre os agentes, os articuladores visitaram as escolas, apresentando a proposta às equipes de gestão e pedagógicas, identificando as demandas específicas em cada instituição.



“Deu tudo certo! Como a gente trabalha fora, era muito difícil para deixar nossos filhos na escola, mas, graças ao Territórios em Rede, conseguimos fazer a matrícula dos nossos filhos agora pela manhã. Fui muito bem-atendida na escola e foi super rápido. Daqui para a frente é só alegria, porque está tudo perto de casa. Obrigada mesmo!”

Mãe de duas crianças atendidas pelo projeto em Ourilândia do Norte



Equipe em Busca Ativa escolar
em Ourilândia do Norte

Foto: Bruno Pompeu – Setembro/2023.



“Eu estou muito feliz por ter conseguido marcar a consulta da minha filha lá em Belém. Nossa, vocês sabem como eu estava muito preocupada, mas graças ao projeto, ela conseguiu marcar e segunda-feira nós estaremos lá.”

Mãe de adolescente de 13 anos atendida pelo projeto em Ourilândia do Norte

Busca Ativa escolar nas ruas

- Busca por crianças e/ou adolescentes fora da escola, de porta em porta, a partir da demanda espontânea. Muitas vezes, é um vizinho ou alguém que sabe onde há crianças e/ou adolescentes que não estão indo para escola;
- Visitas aos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), unidades de Saúde, igrejas, associações e comércios;
- Conversas com agentes locais sobre crianças, adolescentes e famílias não localizadas no território;
- Distribuição de cartazes com informativos e imagens sobre o projeto. A identificação visual do uniforme utilizado pelos articuladores fez diferença na recepção e acionamento da equipe nos territórios.

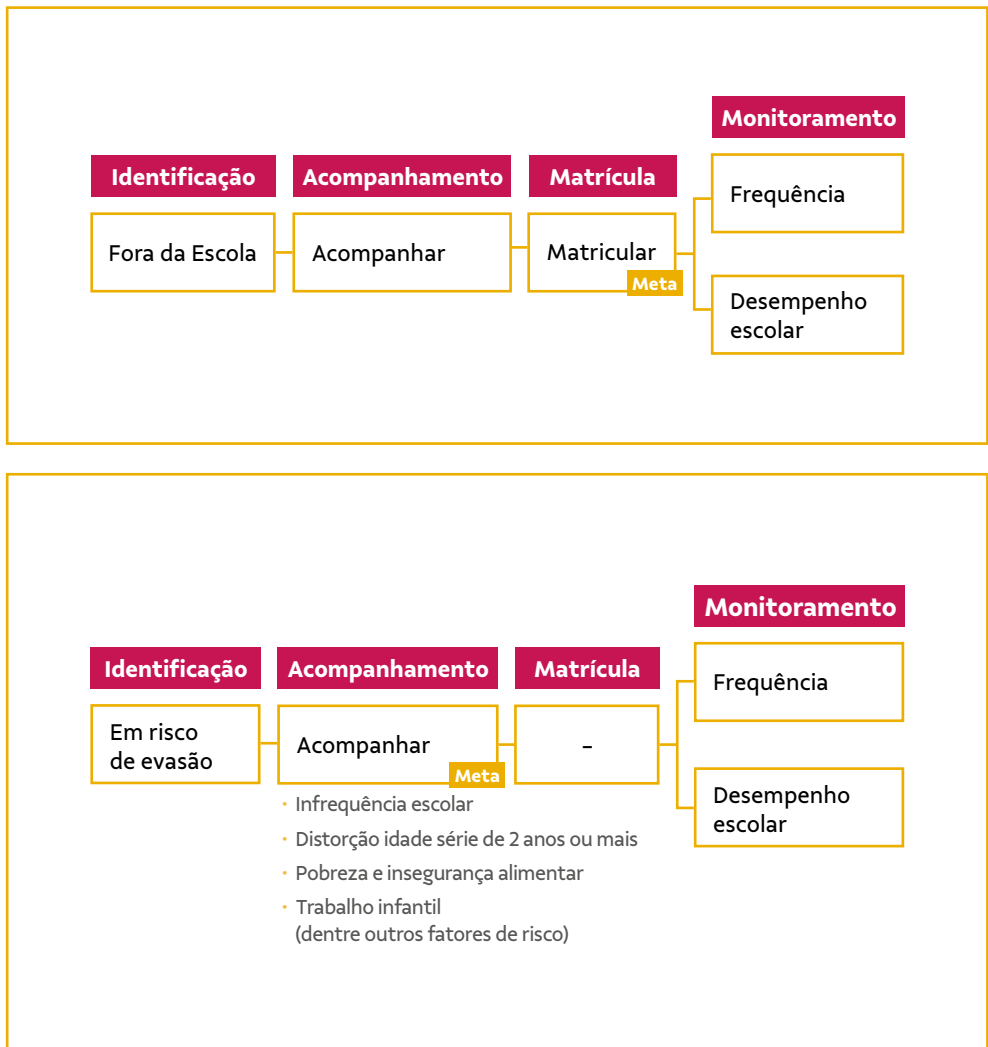
Procedimento ao encontrar uma criança ou um adolescente fora da escola ou em risco de evasão escolar

1. Articulador se aproxima da família, para entender a situação, por meio de uma visita domiciliar;
2. Articulador realiza uma entrevista, para obter informações de cadastro e para o entendimento do caso;
3. Cadastramento da família é feito no sistema de monitoramento;
4. Dados são registrados, por meio de um aplicativo, e alimentam o banco de dados do projeto;
5. Se a criança ou o adolescente está fora da escola, orienta-se imediatamente a família sobre os procedimentos de matrícula, em qualquer período do ano;
6. Se a criança ou o adolescente está matriculado, mas infrequente, faz-se o cadastro para acompanhamento familiar, a fim de evitar o abandono.

Fluxo de ações

Fora da Escola (sem matrícula)	Risco de Evasão (infrequente)
- identificar o motivo pelo qual a criança ou o adolescente está fora da escola; - assegurar a matrícula escolar em qualquer tempo; - uma vez matriculado, monitorar a frequência e o desempenho escolar do estudante.	- identificar o motivo da infrequência (falecimento, mudança de cidade, mudança para outra rede de ensino, etc.); - monitorar a frequência escolar e o desempenho do estudante, regularmente; - avaliar outras variáveis de risco: distorção idade-série maior que 2 anos, situações de violência.
verificar outras demandas sociais da criança, do adolescente ou do núcleo familiar (ex: insegurança alimentar, atendimento de Saúde, acompanhamento socioassistencial, geração de renda, entre outras).	
realizar acompanhamentos periódicos (contatos remotos e visitas domiciliares).	

Fluxo de ações



OBS: O acompanhamento é encerrado apenas nos casos de falecimento, mudança de cidade e contato perdido.

Fonte: Sistema de Monitoramento do projeto, 2024.

Uma vez que o articulador localizava uma criança ou um adolescente fora da escola, era realizada uma visita domiciliar para entender, com os responsáveis, os motivos da infrequência, do abandono, da evasão ou por nunca ter estado numa escola.

O trabalho de (re)inserção da criança ou do adolescente envolvia:

1. a articulação com as escolas responsáveis por disponibilizar a vaga e efetivar a matrícula;
2. a articulação com órgãos da Saúde, Assistência Social, Sistema de Garantia de Direitos, Direitos Humanos, entre outros, a depender do motivo que mantinha a criança ou o adolescente afastado; e
3. a articulação com parceiros para resolver documentação pendente; sanar problemas de vulnerabilidade social, como Saúde, moradia ou ausência de responsável; transferir a criança ou o adolescente devido a conflitos no território, que afetavam o deslocamento até a escola, entre outros.

Após efetivada a matrícula, mantinha-se, quando necessário, um acompanhamento em diálogo direto com a família e gestores das unidades escolares, por meio do monitoramento das listas fornecidas, periodicamente, pela rede de ensino. Caso houvesse sinais de nova evasão, as etapas anteriores eram retomadas, a fim de reconduzir a criança ou o adolescente à escola.



Foto: Bruno Pompeu – Setembro/2023.

Desafios encontrados e os impactos da pandemia

As equipes do projeto encontraram diversos desafios para a implementação dos seus objetivos, dentre os quais destacam-se:

Intersetorialidade e integração de políticas públicas

Verificou-se a ausência de uma cultura de trabalho intersetorial, além do desconhecimento dos gestores públicos sobre as ações em curso nos diferentes setores da gestão municipal e, ainda, a falta de dados gerais sobre o município, que dificultavam a implementação de ações promotoras do Direito à Educação de qualidade para crianças e/ou adolescentes em situação de vulnerabilidade.

Alto nível de vulnerabilidade social das famílias identificadas

Essa condição requeria o atendimento de várias demandas além do acesso à escola, como proporcionar meios para alimentação, serviços de Assistência Social e Saúde, exigindo, das equipes de campo, habilidades específicas para articulação, acolhimento e identificação dos principais fatores que interferem na permanência de crianças e/ou adolescentes na escola.

Dificuldade de locomoção entre os distritos do interior e as escolas

Devido a distância, má qualidade das estradas e condições climáticas desfavoráveis.

Trabalho infantil

Nos distritos do interior, muitas crianças e/ou adolescentes eram infrequentes ou estavam evadidos do sistema educacional devido à necessidade de trabalhar para ajudar no sustento da família.

Impactos da pandemia no processo de escolarização

Os impactos da pandemia na Educação de crianças e/ou adolescentes em situação de extrema pobreza são complexos e profundos. Sua total extensão ainda requer avaliação detalhada. Durante o período de transição para o retorno às aulas presenciais, várias questões surgiram, particularmente entre famílias vulneráveis. Por exemplo, na região do Pará, onde o Territórios em Rede atuou, essas problemáticas se intensificaram.

Primeiramente, a pandemia acentuou as desigualdades existentes, especialmente no aspecto econômico. Famílias com vários filhos em diferentes anos escolares enfrentaram enormes desafios no ensino remoto, muitas vezes contando apenas com um celular para todos e com acesso limitado ou inexistente à internet. Essa situação limitou, drasticamente, as condições mínimas necessárias para uma Educação adequada, resultando na interrupção significativa na rotina educacional, mesmo com a distribuição de *kits* escolares.

Como consequência direta, no período pós-pandemia, muitas crianças encontraram extremas dificuldades na alfabetização. Aquelas que já enfrentavam desafios educacionais viram as dificuldades se intensificarem, resultando na defasagem ainda maior entre idade e série escolar. Observam-se muitos casos de crianças de 10 ou 11 anos enfrentando barreiras adicionais na alfabetização, por estarem em classes com estudantes mais novos.

A interrupção da escolaridade durante o ensino remoto, agravada pela falta de infraestrutura adequada para estudar em casa, levou muitos adolescentes, durante a pandemia, a buscarem trabalho nas ruas para ajudar no sustento da família. Nesse contexto, alguns foram forçados a entrar no mercado de trabalho, muitas vezes em condições de exploração ou em empregos informais, para contribuir com a renda familiar. Isso não apenas exacerbou a distorção idade-série, mas criou uma resistência ao retorno à escola, dada a necessidade de continuarem contribuindo significativamente com a renda da família. Há relatos de casos de adolescentes, inseridos no mercado de trabalho informal, que não se sentem estimulados a retornar à escola, dada a disparidade entre sua idade e a ano em que se encontram.

O envolvimento precoce no mercado de trabalho vem resultando no afastamento dos processos educacionais, agravando os desafios existentes e criando novas barreiras para a continuidade da Educação formal.



Equipe em mutirão de Busca Ativa escolar em Ourilândia do Norte

Foto: Bruno Pompeu – Setembro/2023.

Mobilização Social e Comunicação Comunitária

Durante a implementação do Territórios em Rede, intensificou-se a Busca Ativa escolar por crianças e/ou adolescentes que se enquadravam no perfil determinado. O objetivo, entretanto, não era apenas encontrar esse público específico, mas também sensibilizar as comunidades sobre a essencialidade do Direito à Educação, por meio de diversas estratégias de comunicação e mobilização social que foram empregadas.

A comunicação buscou sensibilizar a sociedade sobre os compromissos e objetivos do Territórios em Rede, além de promover uma ampla divulgação para incentivar a procura espontânea pelo projeto.

As estratégias adotadas foram variadas, incluindo ações de mobilização comunitária, como o uso de carros de som com mensagens-chave, alcançando até mesmo a população analfabeta. Paralelamente, cartazes, faixas e panfletos foram estrategicamente distribuídos e afixados em locais de grande movimento: escolas, associações de moradores, postos de Saúde, praças e outros.



↑ Escute o áudio do carro de som que percorreu as ruas de Ourilândia do Norte

No meio digital, conteúdos específicos foram produzidos para as mídias e redes sociais, incluindo um *site* institucional. Materiais de divulgação como áudios, *GIFs* e *flyers* (panfletos ou folhetos) circularam pelo *WhatsApp*. Na fase de consolidação das atividades do projeto, as ações se concentraram na ampliação de sua visibilidade nos meios de comunicação comunitários e na mídia local, fortalecendo essa agenda em âmbito municipal.

Ações de Comunicação e Mobilização Comunitária

- Articuladores divididos em diferentes áreas do município para promover o projeto;
- Distribuição de folhetos e afixação de faixas, *banners* e cartazes com informações de contato em locais estratégicos: escolas, pontos de ônibus, postos de Saúde, associações de moradores, igrejas e estabelecimentos comunitários;
- Utilização de carros de som para difundir mensagens nas ruas, centros de atendimento, postos de Saúde e comércios;
- Divulgação, por meio de listas de transmissão no *WhatsApp*, redes sociais, parcerias com instituições locais, jornais e rádios comunitárias;
- Veiculação de notícias na imprensa municipal.

A impressão dos materiais de divulgação do projeto contabilizou **25.877 peças**, entre *flyers*, *folders*, cartazes e faixas de rua que foram distribuídas nos comércios, nas unidades de Saúde, CRAS e CREAS,¹⁰ Conselho Tutelar, escolas e demais organizações da rede de proteção integral à criança e ao adolescente.

Estima-se que o número de pessoas impactadas pelas peças de comunicação do projeto tenha sido de **8.916.500** em todo o período de trabalho em campo.

A comunicação em números



2.054
cartazes e banners



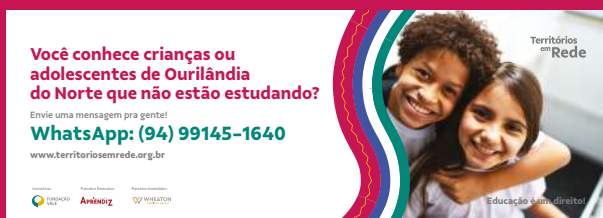
23.800
flyers e *folders*



23
faixas de rua



276 horas
de carro de som



A divulgação pelos carros de som totalizou 276 horas, com cerca de 6.900 km percorridos.

O Territórios em Rede teve uma expressiva divulgação, com o objetivo de alcançar as famílias e proporcionar seu atendimento, além de avisos importantes relacionados aos serviços públicos locais, disponíveis para a população.



Boletins

- Foram produzidos **24 boletins institucionais**



Google Trends

- **813 pesquisas** do termo Territórios em Rede



Whatsapp

- Foram enviadas **38 mensagens** para as famílias cadastradas
- **451 contatos** nas listas de transmissão



Youtube

O canal do Youtube teve:

- **7.614** visualizações
- **88.325** impressões



Facebook

- **277** publicações
- **5.307** stories
- **31.717** pessoas alcançadas



Site

Dados do Google Analytics:

- **6.851** usuários
- **6.761** novos usuários
- Tempo médio de **1min 21s**
- **63.344** eventos



Instagram

- **307** publicações
- **5.307** stories
- **21.387** pessoas alcançadas



Equipe em Busca Ativa escolar
em Ourilândia do Norte

Foto: Bruno Pompeu – Setembro/2023.



Foto: banco de Imagens do projeto, 2023.

Com o apoio do carro de som, que percorreu todos os bairros de Ourilândia do Norte, as articuladoras potencializaram a Busca Ativa escolar durante o período de matrículas e encaminharam crianças e/ou adolescentes para as escolas do município.



Foto: banco de imagens do projeto, 2023.

A equipe de Ourilândia do Norte no evento da Campanha “Setembro Amarelo”, de combate ao suicídio, realizado pela Secretaria Municipal de Saúde e a Secretaria Municipal de Assistência Social.

A divulgação aumentou a visibilidade e estimulou a participação comunitária, com moradores indicando novas famílias. Essa estratégia confirmou a importância dos folhetos com números de telefone, que se mostraram ferramentas indispensáveis para conectar as famílias com a equipe do projeto, principalmente em casos de crianças e/ou adolescentes fora da escola.

A comunicação comunitária foi um dos temas abordados durante o 12º encontro do Comitê Gestor Intersectorial de Ourilândia do Norte para a construção do plano municipal de comunicação para o enfrentamento da exclusão escolar.



Foto: banco de imagem do projeto, 2023.

Estabelecimento de parcerias e participação em Grupos de Trabalho

Ao entrar no território, cada articulador era orientado a se apresentar e conhecer os agentes locais, criando laços entre a equipe e a rede mapeada. Foi por meio dessa articulação que se conseguiu reforçar e combater o fenômeno de crianças e/ou adolescentes fora da escola, e estruturar uma dinâmica de trabalho que envolvesse a sociedade e o Poder Público.

Por sua vez, a equipe local buscava articular instituições parceiras, entre associações de moradores, entidades privadas, instituições religiosas, lideranças comunitárias, organizações não governamentais, órgãos públicos, sociedade civil em geral, entre outros, compreendendo a colaboração como estruturante, para garantir a Educação como um Direito básico.

A partir dessa estratégia, importantes avanços foram obtidos:

- Reconhecimento dos agentes locais pelos articuladores;
- Criação de laços com a rede, e estruturação de uma dinâmica de trabalho conjunto;
- Articulação com diversas instituições e lideranças locais, para identificar casos e acionar serviços;
- Participação em diferentes reuniões nas redes de serviços e eventos locais.

Exemplos de parcerias estabelecidas



Fonte: banco de imagem do projeto, 2022.

Reunião com a representante dos conselhos municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), de Assistência Social (CMAS) e da Pessoa Idosa (COMPEI), de Ourilândia do Norte.



Fonte: banco de imagem do projeto, 2022.

Reunião de acompanhamento com a Secretaria Municipal de Saúde de Ourilândia do Norte, quando foram traçadas estratégias de fluxo de trabalho para encaminhamento de casos acompanhados.



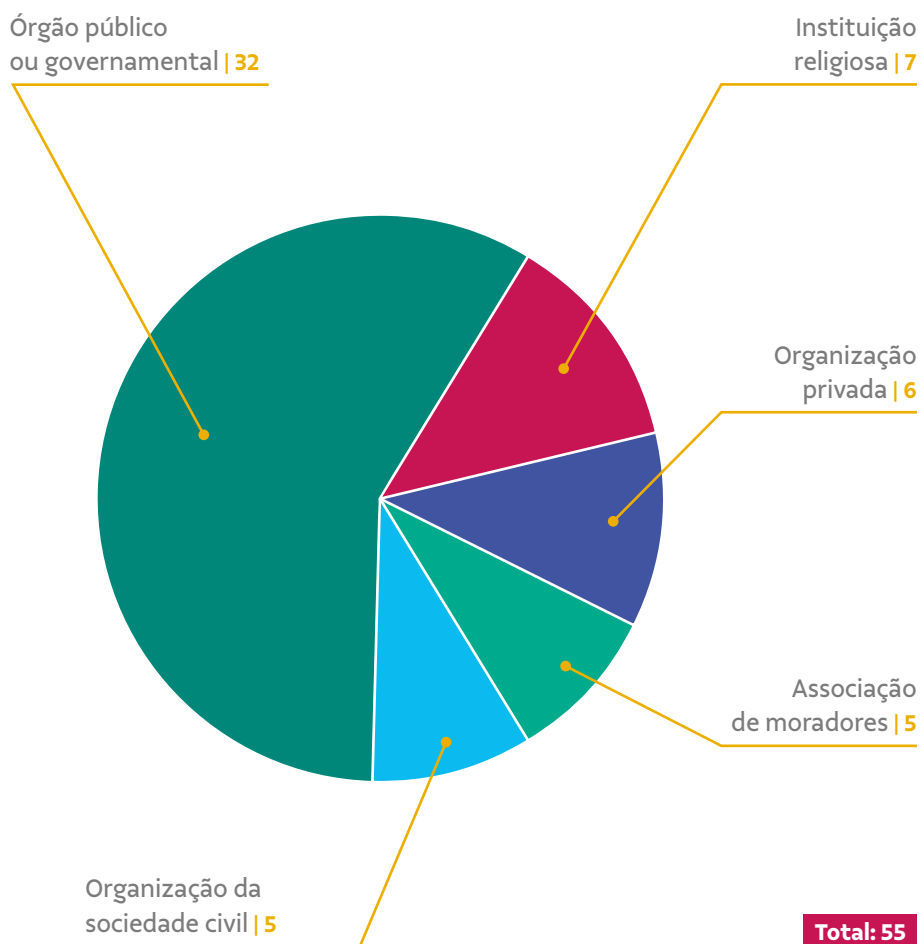
Foto: Bruno Pompeu – Setembro/2023.

Visita as instituições

Ao longo do processo de implementação do projeto, a colaboração da Fundação Vale foi efetiva, facilitando a interação com autoridades locais e fornecendo apoio essencial para a administração do projeto. Considerando-se a complexidade do fenômeno da exclusão escolar, foram estabelecidas, em Ourilândia do Norte, de outubro a dezembro de 2021, parcerias com entidades institucionais, necessárias para a implementação da proposta. Nos primeiros três meses do ano, as equipes do Polo Pará promoveram visitas a entidades civis e órgãos governamentais dos municípios, visando divulgar o projeto e formar articulações e fluxos para identificar crianças e/ou adolescentes fora da escola ou em situação de infrequência escolar.

- Ao todo, 55 instituições
- foram mapeadas para
- colaborar com o projeto
- por meio de indicação e/
- ou acolhimento de casos.
- Além disso, das 36 escolas
- públicas de Educação Básica
- em Ourilândia do Norte,
- 24 foram apoiadas pelo
- Territórios em Rede, ou seja,
- 67% do total.

Instituições locais mapeadas para a colaboração com o projeto por meio de indicação e/ou acolhimento de casos – Ourilândia do Norte



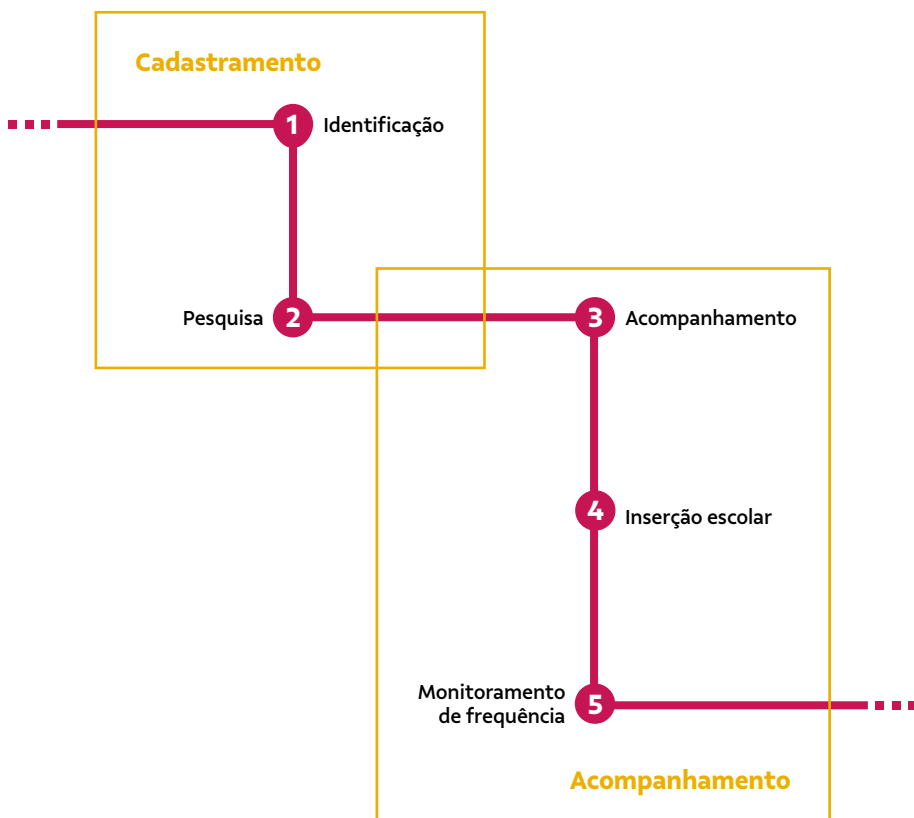
Fonte: Sistema de Monitoramento do projeto, 2024.

Monitoramento e Avaliação

A equipe responsável tinha a tarefa contínua de organizar, produzir e consolidar informações que servissem ao acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações do projeto e da inserção e permanência de crianças e/ou adolescentes na escola.

A Figura a seguir ilustra o fluxo de informações sobre os atendimentos realizados.

Instrumentos para registro dos atendimentos



Fonte: Sistema de Monitoramento do projeto, 2024.

As informações eram originadas de três bases de dados, criadas pelo Sistema de Monitoramento do Territórios em Rede:

1. Perfil e demandas de crianças e/ou adolescentes assistidos pelo projeto;
2. Instituições e parceiros identificados;
3. Ações tomadas para assegurar o acesso e a permanência nas escolas.



Foto: Bruno Pompeu – Setembro/2023.

A plataforma digital, acessível tanto pelos articuladores quanto pelos gestores de campo, oferecia diversas funcionalidades, como:

- Análise e correção de informações obtidas em campo, incluindo a identificação de registros duplicados;
- Acompanhamento das metas individuais e coletivas da equipe;
- Extração de dados gerais, resultados por área e relatórios detalhados sobre o público assistido;
- Registro de iniciativas adicionais, além da matrícula nas escolas;
- Mapeamento geográfico do endereço das residências de crianças e/ou adolescentes e das instituições parceiras;
- Elaboração de um perfil detalhado, contendo informações socioeconômicas, educacionais, de Saúde e sobre a estrutura familiar da criança ou do adolescente.

Monitoramento da Frequência Escolar

Outro trabalho realizado pela equipe do projeto foi a tentativa de pactuação de um fluxo de monitoramento da frequência escolar, por meio de informações obtidas diretamente nas escolas e de forma sistemática, para todos os casos acompanhados.

O fluxo definido em Ourilândia do Norte foi que, bimestralmente, a equipe enviaria uma planilha para cada escola, que indicaria a situação da frequência do estudante. Os prazos alinhados no fechamento dos conselhos de classe foram pactuados com a Secretaria Municipal de Educação e com um conjunto de unidades escolares estaduais. Uma vez que a planilha fosse enviada, as escolas teriam até duas semanas para seu preenchimento.

A seguir, apresentamos o *status* da pactuação do fluxo com cada rede escolar:

Município	Rede	Status da pactuação do fluxo	Periodicidade	Responsável pelo preenchimento
Ourilândia do Norte	Municipal	Estabelecido	Bimestral	Escolas
Ourilândia do Norte	Estadual	Estabelecido	Bimestral	Escolas

Fonte: Sistema de Monitoramento do projeto, 2024.



Fonte: banco de imagens do projeto, 2023.

A equipe de Ourilândia do Norte no monitoramento da frequência escolar do 2º bimestre, percorrendo diversas escolas públicas.

Acompanhamentos dos casos

Semanalmente, a gestora local e a articuladora se reuniam para discutir impressões, casos e desafios, com o objetivo de viabilizar o ingresso na escola de crianças e/ou adolescentes identificados, compartilhando coletivamente estratégias possíveis para responder aos desafios encontrados.

A equipe monitorava as informações no banco de dados e as atualizações dos cadastros das famílias visitadas, além de manter uma agenda frequente de reuniões com instituições parceiras, para fortalecer a rede de apoio à presença dos estudantes em sala de aula.



Fonte: banco de imagens do projeto, ano 2021.

Trabalho de acompanhamento, Busca Ativa escolar e divulgação nas áreas mais remotas do município de Ourilândia do Norte.

Outro ponto crucial do monitoramento era a devolutiva que a equipe oferecia às escolas e à rede de proteção social, para a compreensão dos motivos da infrequência, do não acesso ou da evasão de cada estudante. Essas devolutivas, muitas vezes, mudavam a avaliação dos educadores sobre os casos de exclusão escolar, ajudando-os a considerar a realidade das famílias. O que antes parecia uma suposta negligência, passou a ser compreendido como situações muito desafiadoras que as famílias vivenciavam.

Ações complementares

Durante a execução do trabalho de campo, constatou-se a existência de muitas famílias em situação de alta vulnerabilidade socioeconômica. Seja pelo agravamento da pobreza no período pandêmico ou pela fragilidade de algumas políticas públicas, notou-se que a insegurança alimentar, a falta de roupas, calçados e kits escolares eram condições presentes para grande parte de crianças e/ou adolescentes atendidos pelo projeto e que esse cenário de privação contribuiu, sensivelmente, para o agravamento das condições de acesso e permanência na escola.



Foto: Bruno Pompeu – Setembro/2023.

Além das demandas materiais apresentadas, a equipe de campo verificou ausência ou baixa resposta de políticas públicas com capacidade para suprir os desafios encontrados, de maneira adequada.

Diante desse cenário, o Territórios em Rede começou a operar, em julho de 2022, o **Apoio Eventual Emergencial**, uma estratégia complementar com o objetivo de viabilizar o atendimento de demandas urgentes de subsistência das famílias. As necessidades, quando identificadas pela equipe durante uma visita domiciliar, não encontravam resposta, em curto prazo, no município, por meio das políticas, equipamentos ou serviços da Assistência Social, Saúde, Educação ou, ainda, das organizações locais da sociedade civil.

No total, 155 crianças e/ou adolescentes foram contemplados pelo Apoio Eventual Emergencial viabilizado pelo Territórios em Rede em Ourilândia do Norte.

Apoio Eventual Emergencial

Desenvolvido, inicialmente, nos municípios de Marabá (PA) e Serra (ES), onde as equipes do Territórios em Rede começaram a identificar famílias em situação de pobreza extrema ao serem localizadas para a (re)inserção escolar de crianças e/ou adolescentes, o **Apoio Eventual Emergencial** surge para viabilizar o atendimento de demandas urgentes de subsistência, considerando-se necessidades básicas como alimentação, higiene, vestuário, documentação e materiais escolares.

Itens oferecidos em caráter emergencial:

Itens avulsos:

- Medicamentos que não sejam de uso contínuo;
- Itens de higiene;
- Material básico escolar que não seja fornecido pelo município (por exemplo, mochila);
- Refeições;
- Transporte para acesso a serviços essenciais pontuais.
- Roupas e calçados.
- Pagamento de taxas para emissão de documentos.

Itens temporários:

- Cestas básicas;
- Botijão de gás;
- Medicamentos de uso contínuo;
- Transporte para acesso a serviços regulares (fisioterapia, fonoaudiologia, reforço escolar, entre outros);
- Contas de consumo (como água, luz e aluguel).



Escola parceira em
Ourilândia do Norte

Foto: banco de imagens do projeto.

Com vistas à elaboração de um plano de transição para as famílias, os casos identificados foram direcionados aos serviços públicos. Isso era feito para atender às demandas sociais específicas de cada família, encaminhando-as às áreas apropriadas dentro do Comitê Gestor Intersetorial. As estratégias incluíam:

- Priorizar a (re)inserção de crianças e/ou adolescentes na escola, local de desenvolvimento integral e proteção social, como ação principal para reduzir a insegurança alimentar entre o público em idade escolar;
- Realizar encaminhamentos à Assistência Social, para a participação em programas relevantes e para a criação/atualização do Cadastro Único. Isso inclui programas como o PAA, Bolsa Família, PAIF, PAEFI, PETI, BPC, Criança Feliz,¹¹ entre outros.

11 PAA – Programa de Aquisição de Alimentos; Bolsa Família – Programa Bolsa Família; PAIF – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família; PAEFI – Serviço de Proteção e Atendimento Integral Especializado à Família e Indivíduos; PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil; BPC – Benefício de Prestação Continuada; Criança Feliz – Programa Criança Feliz.

- Promover a articulação com o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) e o PPA, que envolve a compra de alimentos da agricultura familiar e a doação a famílias de baixa renda. Esse programa foi reativado em março de 2023 pelo Governo Federal e tornado Lei em 20 de julho (Lei nº 14.628/23);
- Estabelecer conexões com os comitês do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), assegurando sua presença no CGI.



Fonte: banco de imagens do projeto.



Foto: João Vítor – Norte Sul Studio.

Perfil das crianças e adolescentes em situação de exclusão escolar em Ourilândia do Norte

Entre as contribuições do Territórios em Rede, foi possível traçar um perfil de crianças e adolescentes em situação de exclusão escolar em Ourilândia do Norte.

Observações Gerais

- Há uma ligeira predominância de crianças e adolescentes do sexo masculino (53,4%).
- Crianças e adolescentes identificados em situação de exclusão escolar são majoritariamente da cor preta e parda (80%);
- A grande maioria das crianças e adolescentes estão em famílias de baixa renda (70,6% com renda familiar de, no máximo, 1 salário mínimo por mês) e é beneficiária de programas de transferência de recursos (81%);
- A maioria das crianças e adolescentes mora com a mãe, sem o pai no domicílio (58,5%), o que faz da mulher responsável pela família, muitas vezes, de forma solitária;
- Saúde e deficiência são fatores de destaque na condição de exclusão escolar;
- Trabalho infantil e gravidez na adolescência são questões preocupantes, embora em baixa proporção;

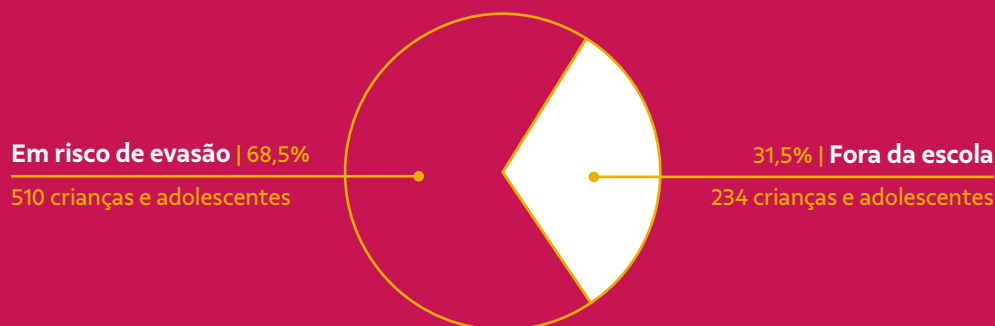
Situação da exclusão escolar em Ourilândia do Norte

(quando cadastrados no Territórios em Rede)

Total de **744 crianças e adolescentes**

Crianças fora da escola ou em risco de evasão escolar

(Situação no ato do cadastramento)



Outras informações



5,4%

estavam envolvidas em trabalho infantil quando cadastrados
= 40 crianças e adolescentes



0,3%

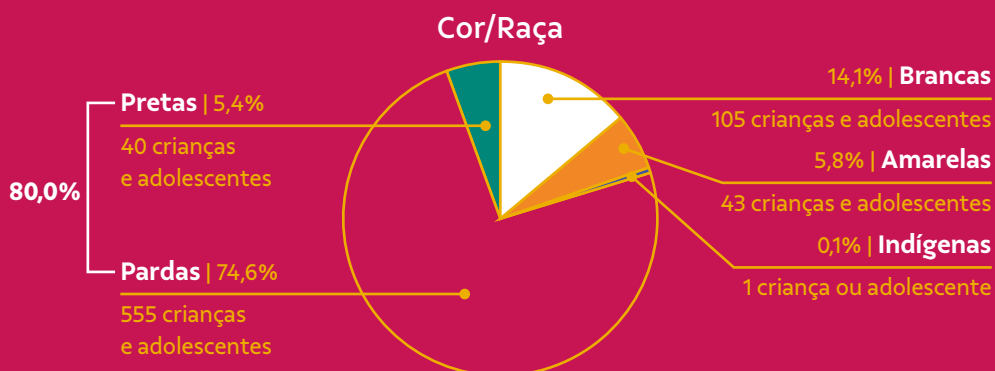
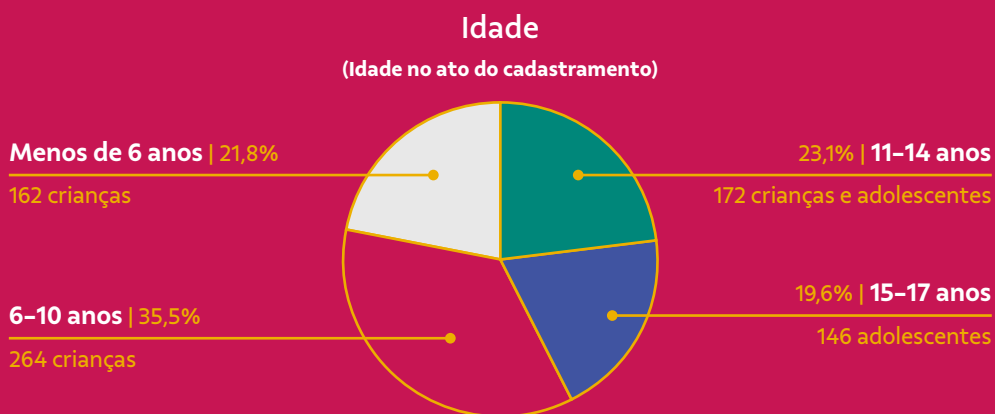
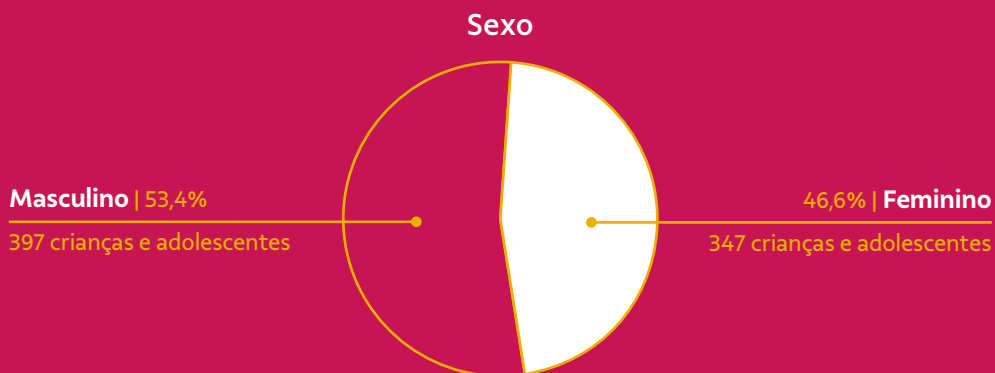
trabalhavam formalmente quando cadastrados
= 2 adolescentes



0,9%

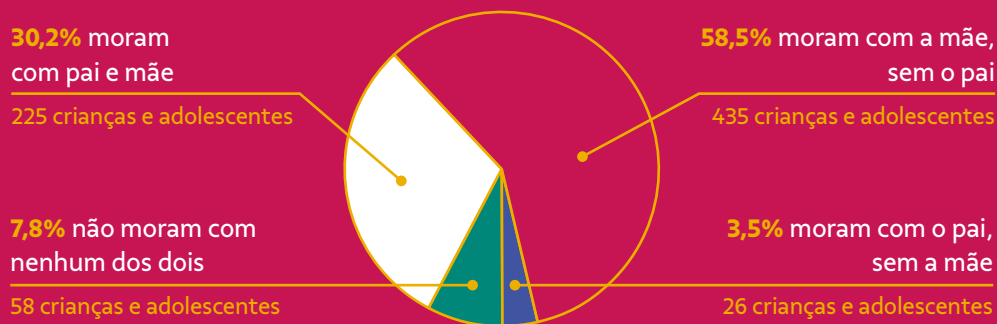
não tinham Certidão de Nascimento
= 7 crianças e adolescentes

Perfil das crianças e adolescentes cadastrados pelo Territórios em Rede em Canaã dos Carajás

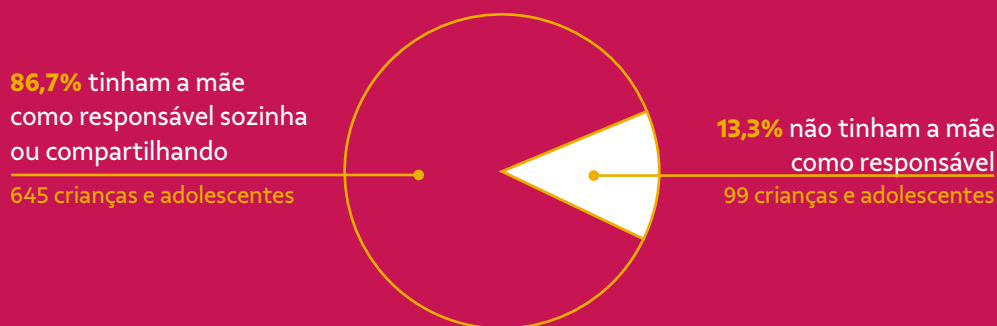


Configuração familiar

Com quem as crianças e adolescentes residem

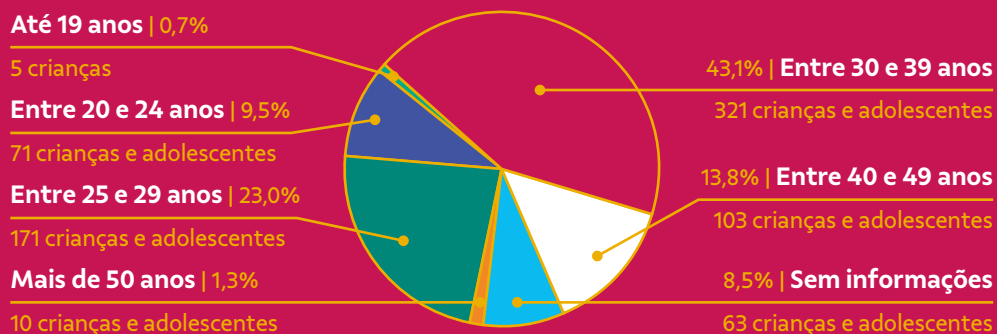


Responsável pelas crianças e adolescentes



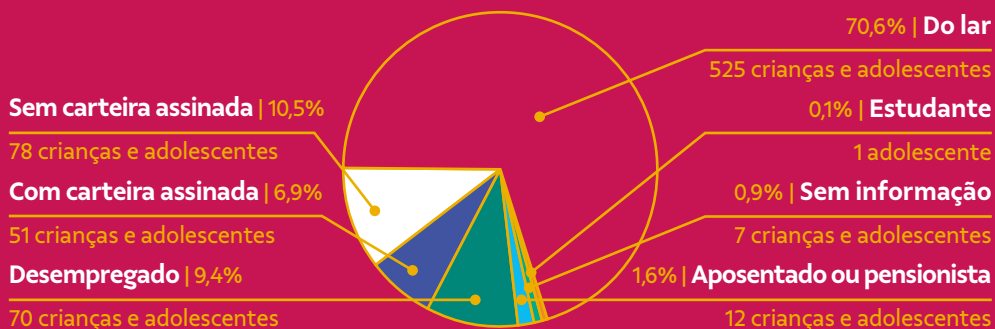
Idade da mãe

(quando da identificação pelo Territórios em Rede)

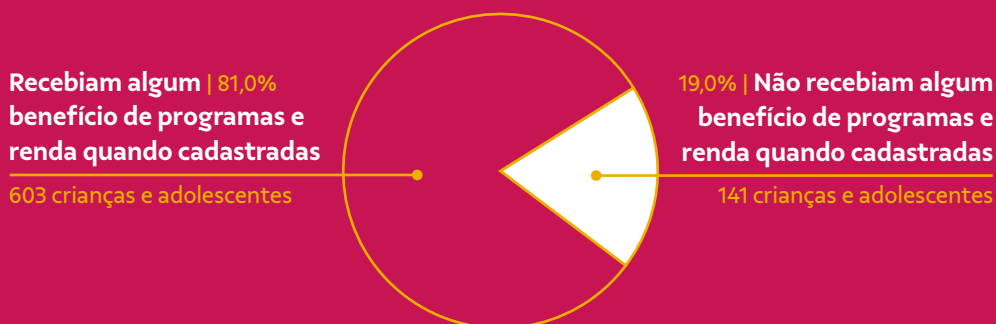


Trabalho e renda

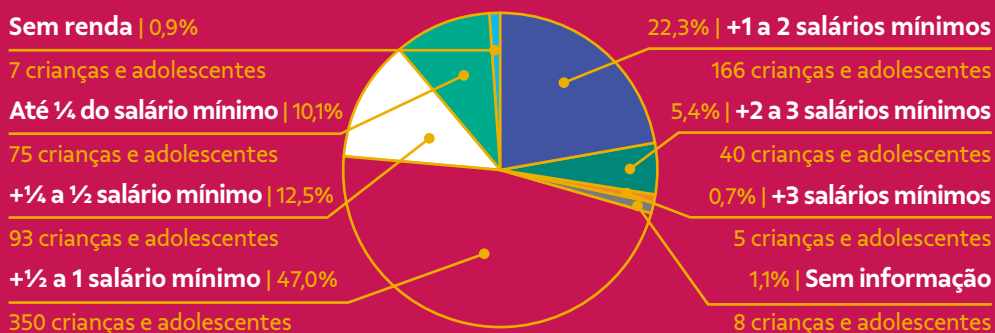
Ocupação dos responsáveis



Beneficiários de programas de renda



Renda familiar



Saúde



10,6%

tinham problemas
de Saúde

= 79 crianças e
adolescentes



2,8%

possuem alguma
deficiência, o que pode
representar barreiras
adicionais para sua inclusão
e acesso à Educação

= 21 crianças e adolescentes



10,9%

estavam grávidas

= 17 meninas entre
11 e 17 anos

Destaques

Desigualdade Racial

- 80% das crianças e adolescentes cadastradas são negras (somando as categorias preta e parda), refletindo desigualdades raciais profundas na comunidade. Esta proporção sugere que este segmento da população enfrenta barreiras específicas no acesso à Educação, possivelmente ligadas a questões econômicas, discriminação racial e falta de representatividade.

Desigualdade de Gênero

- 86,7% das crianças e adolescentes têm a mãe como responsável, muitas vezes, principal ou única, enfrentando a difícil tarefa de equilibrar sobrevivência, geração de renda e cuidados com os filhos.
- Uma grande proporção de crianças e adolescentes (58,5%) mora com suas mães sem a coabitação do pai, evidenciando que há um expressivo conjunto de mulheres que assume as responsabilidades na criação dos filhos e, frequentemente, do sustento da família, sem o apoio de um parceiro, por motivos diversos, como separação ou viuvez.

Urgência das questões raciais

A desigualdade racial no Brasil é profundamente enraizada e sistêmica, persistindo devido à insuficiência de políticas públicas voltadas para combatê-la. Segundo dados do IBGE (2018),¹² embora os indivíduos pretos e pardos constituam 56% da população brasileira, eles representam 71% daqueles que vivem abaixo da linha de pobreza. Em contraste, os brancos compõem 27% deste grupo. A situação torna-se ainda mais grave, quando analisamos a extrema pobreza: 73% são negros, enquanto apenas 25% são brancos. Para criar uma sociedade mais justa, é essencial entender como cada segmento socioeconômico contribui para perpetuar o racismo, a fim de desenvolver abordagens eficazes para superá-lo. No âmbito educacional, tal disparidade é flagrante. Lutar contra ela é fundamental para promover qualquer transformação significativa. Apenas com uma abordagem comprometida com uma Educação das Relações Étnico-Raciais e o enfrentamento do racismo podemos construir uma sociedade mais justa e com maior igualdade. Esta análise reforça a urgência de políticas públicas voltadas para o enfrentamento das desigualdades raciais que se antepõem à efetivação do Direito à Educação, considerando acesso, permanência escolar e aprendizagem, por meio de uma abordagem antirracista, que contemple da esfera pedagógica à gestão escolar. O compromisso com a política antirracista precisa, ainda, estar presente em todas as áreas de atuação do Estado Democrático de Direito, em especial, nas políticas sociais direcionadas à população negra.

¹² Fonte: IBGE. *Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil*. Disponível em https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf.



Foto: Bruno Pompeu – Setembro/2023.

Desigualdades Sociais e Econômicas

- Há nas famílias uma baixa participação no mercado de trabalho formal, evidenciado pelo fato de que a maior parte das crianças e adolescentes têm responsável que se declara “do lar” (70,6%) desempregado (9,4%) ou trabalhando sem carteira assinada (10,5%), o que, geralmente, traz como consequência um grau maior de vulnerabilidade econômica e social.

Os dados fornecem uma visão detalhada da situação de exclusão escolar e das condições de vida de crianças e adolescentes no município, ressaltando áreas críticas que necessitam de atenção e intervenção.



“Deu tudo certo lá no atendimento com a medicação da minha mãe. Ela já está tomando os remédios e se recuperando. Só tenho a agradecer, pela força e pelo acompanhamento que vocês também estão fazendo lá na escola com o nosso menino. Ele está se desenvolvendo muito! Só tenho a agradecer mesmo, muito obrigada!”

Responsável de família atendida pelo projeto em Ourilândia do Norte

Política Nacional de Cuidados

Em outubro de 2023, o Brasil publicou o Marco Conceitual para a formulação da **Política Nacional de Cuidados** e do **Plano Nacional de Cuidados**. O documento,¹³ produzido por um Grupo de Trabalho Interministerial – coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social e pelo Ministério das Mulheres, com mais de 20 pastas envolvidas, além de IBGE, Ipea e Fiocruz – pretende conceituar o tema, reconhecendo a distribuição desigual do cuidado na sociedade brasileira. Compreendido como um direito, o cuidado pode ser demandado por toda e qualquer pessoa ao longo da vida, mas em especial crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência. Entretanto, devido às desigualdades estruturais de gênero, recai sobre as mulheres, principalmente negras, este tipo de trabalho. Avanços na estruturação de serviços e políticas de Estado que reflitam a economia de cuidados, ou seja, que reconheçam e valorizem aquilo que é necessário para a manutenção da vida no seu cotidiano, podem representar mudanças importantes na reflexão sobre as condições necessárias para o acesso e a permanência de crianças e/ou adolescentes nas escolas.

O perfil da exclusão escolar em Ourilândia do Norte reflete as desigualdades mais amplas observadas no Brasil, relacionadas à raça, gênero e classe. As desigualdades interseccionais criam barreiras adicionais que precisam ser superadas para garantir o acesso equitativo à Educação. A sobrecarga enfrentada pelas mulheres, especialmente em contextos de baixa renda e minorias raciais, destaca a necessidade de políticas públicas que abordem as desigualdades de gênero, raciais e socioeconômicas de maneira integrada.

¹³ Disponível em <https://www.gov.br/participamaisbrasil/marco-conceitual-da-politica-nacional-de-cuidados>.



Cenários da exclusão escolar

Para melhor compreender a situação de exclusão escolar de crianças, adolescentes e suas famílias, foram reunidas informações sobre os motivos de não estarem matriculados, terem evadido ou abandonado os estudos ou, ainda, encontrarem-se infrequentes na escola.

Com base nas informações fornecidas pelas famílias, a equipe de sistematização categorizou os dados em dois grupos: (a) fatores externos à Rede Pública de Ensino; e (b) fatores internos congregando outras situações, além da responsabilidade da escola, que impedem a garantia do Direito à Educação.

Motivos da exclusão escolar¹⁴

Resumo

- Para 63,8% das crianças e adolescentes, a família alegou como motivo principal da exclusão escolar aspectos relacionados à falta de renda, situação de pobreza e vulnerabilidade social ou questões familiares afins (475 crianças e adolescentes).
- Para 14,1% das crianças e adolescentes, a família alegou como motivo principal da exclusão escolar aspectos relacionados ao ambiente escolar, à gestão educacional, a falta de acesso às vagas ou desinteresse pela escolarização (105 crianças e adolescentes).
- Para 11,8% das crianças e adolescentes, a família alegou como motivo principal da exclusão escolar aspectos relacionados a problemas de Saúde do estudante ou familiar (88 crianças e adolescentes).

¹⁴ Fonte: Sistema de Monitoramento do projeto, 2024.

- Para 1,2% das crianças e adolescentes, a família alegou como motivo principal da exclusão escolar aspectos relacionados à ocorrência de violências físicas, territoriais ou discriminação (9 crianças e adolescentes).
- Não há essa informação para 9% (67 crianças e adolescentes).

Fatores Externos à Educação

- **Condições socioeconômicas:** em Ourilândia do Norte, 63,8% das crianças e/ou adolescentes estão em famílias que citaram a falta de renda, situações de pobreza ou questões familiares como principais motivos para a exclusão escolar. Este alto percentual reflete desigualdades socioeconômicas profundas na região, onde famílias enfrentam dificuldades financeiras que afetam diretamente o acesso à Educação.
- **Problemas de Saúde:** 11,8% das crianças e/ou adolescentes estão em famílias que relataram problemas de Saúde do estudante ou de membros da família como uma barreira à Educação. Isso indica a necessidade de melhorar a integração entre os serviços de Saúde e Educação na região, para apoiar as famílias que enfrentam tais desafios.

Fatores Internos à Educação

- **Qualidade do ensino e do espaço escolar:** em Ourilândia do Norte, 14,1% das crianças e/ou adolescentes estão em famílias que mencionaram fatores como ambiente da escola inadequado e falta de acesso às vagas como razões para a exclusão escolar. Isso sugere que a qualidade do ensino e a infraestrutura educacional na região necessitam de melhorias para reduzir a taxa de exclusão escolar.
- **Currículo e diversidade cultural:** não há dados específicos de Ourilândia do Norte sobre a relevância cultural do currículo, mas, de



Foto: Bruno Pompeu– Setembro/2023.



maneira geral, um currículo que não atende às necessidades e aos interesses dos estudantes pode contribuir para o desinteresse, a discriminação e a evasão escolar.

Os dados de Ourilândia do Norte revelam, ainda, a interconexão de fatores internos e externos da exclusão escolar. Enquanto problemas socioeconômicos e de Saúde representam desafios significativos à rede de proteção social, aspectos relacionados à gestão educacional, à qualidade do ensino e à infraestrutura escolar também devem ser levados em conta. Assim, uma abordagem intersetorial, que considere tanto o contexto socioeconômico quanto a qualidade da Educação, é fundamental para enfrentar efetivamente a exclusão escolar.



“O fracasso do projeto escolar assume crescente importância na formação social do sujeito, comprometendo o exercício de sua cidadania e, no limite, sua própria integridade física e intelectual.”

Marcelo Burgos, professor e pesquisador da PUC-Rio. ¹⁵

15 BURGOS, M. et al. “Infrequência e Evasão Escolar: nova fronteira para a garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente”. *Revista Desigualdade & Diversidade – Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio* n. 15, jul/dez, 2014, pp. 71-105.

Casos Ilustrativos

Articulação com a Assistência Social, Saúde e Educação

Caso 1

Durante a Busca Ativa escolar, foi identificada uma adolescente que estava há dois anos fora da sala de aula por vários motivos. A equipe do projeto enfrentou certa resistência da família, composta por duas irmãs adolescentes que viviam grande parte do tempo sozinhas, já que a mãe trabalhava na zona rural. Elas moravam num território extenso, em Ourilândia. Inicialmente, a adolescente resistiu à aproximação, mas aceitou gradualmente a presença da equipe do projeto na casa. Ao conversar com ela, descobriu-se a situação da outra irmã, também afastada da escola. A mais nova das irmãs sofria de depressão e influenciava a outra a desistir da escola para ficar em sua companhia. Após a criação de um vínculo com as irmãs, elas foram encaminhadas para a escola, mas enfrentaram um novo desafio: o coordenador informou que, por estar próximo do período de final do ano, a adolescente não conseguiria alcançar a média necessária para aprovação, sugerindo que ela retornasse após as férias letivas. Diante das dificuldades de reinserção das adolescentes em situação de evasão, insistiu-se para que a adolescente fizesse as provas. Com determinação, ela conseguiu alcançar a média. A irmã com depressão também foi encaminhada e estava em tratamento. Ela relatava sofrer depressão devido à discriminação na escola, uma realidade não percebida pelos professores. Esse caso destacou a posição desafiadora de alguns profissionais da Educação, que viam estudantes com dificuldades como um problema, especialmente no final do ano letivo.

Caso 2

O caso envolveu B., um adolescente de 16 anos que se recusava a frequentar a escola, afetando o recebimento do Bolsa Família. A situação foi abordada pela articuladora do projeto, junto com a gestora e outra articuladora, que persistiram no contato com a família até conseguirem um avanço do estudante. B., que tinha um irmão C., de 15 anos, que estava

estudando, enfrentava desmotivação devido à sua altura e ao fato de estar matriculado numa escola de Ensino Fundamental com colegas menores. Além disso, C. trabalhava para ajudar na renda familiar, complicada pelo estado de Saúde da mãe, diabética, com parte do pé amputada, além de problemas relacionados ao alcoolismo do pai. No ano anterior, B. havia concluído o 7º ano, mas, em 2023, ele queria desistir dos estudos. A articuladora encorajou B. a continuar, e ele concluiu o ano letivo. Posteriormente, B. contou que havia passado para o 1º ano do Ensino Médio e que seu pai havia falecido. A articulação do Territórios em Rede não se limitou à Educação, mas também incluiu a Assistência Social, já que a mãe tinha um vínculo fragilizado com o CRAS. A intervenção da equipe do projeto ajudou a restabelecer esse vínculo, garantindo o suporte necessário para a família.

Esses casos demonstram que as vulnerabilidades sociais, econômicas, familiares e de gênero dos estudantes, muitas vezes, são agravadas por sistemas de gestão escolar que não estão preparados, por diversos fatores socioculturais, nem dispostos a adequar-se a necessidades específicas. A falta de flexibilidade, a insensibilidade às questões de Saúde mental e as falhas em criar um ambiente de aprendizado inclusivo e acolhedor podem contribuir, significativamente, para a exclusão escolar. Dessa forma, é primordial que as políticas públicas e as práticas de gestão escolar sejam revistas e reformuladas para abordar intersecções complexas. Isso requer uma abordagem intersetorial e inclusiva, que não apenas considere as vulnerabilidades familiares dos estudantes, mas também as particularidades de gênero e as necessidades individuais, criando um ambiente educacional mais acolhedor, voltado para as diversas realidades das famílias.

Articulações com o Sistema de Garantia dos Direitos de crianças e adolescentes

Caso 3

Na realização da Busca Ativa escolar, a articuladora do projeto se deparou com uma situação complexa em um setor afastado, próximo ao aeroporto. Ao visitar uma família, descobriu que a mulher que se apresentava como responsável por uma criança, na verdade, não era. Ela havia obtido a guarda da criança pelo

Conselho Tutelar, conforme suas próprias palavras. Diante dessa revelação, a articuladora consultou a gestora sobre como proceder, visto que a suposta responsável não possuía nenhum documento legal que comprovasse a guarda. A situação foi encaminhada ao Conselho Tutelar, com uma descrição detalhada das observações feitas durante a visita. Apesar de a criança não estar sendo maltratada, havia evidências de violações de direitos relacionadas à falta de documentação. A criança não possuía RG, CPF, cartão do SUS e estava com a vacinação atrasada. O Conselho Tutelar foi acionado e, em cerca de quatro dias, realizou uma visita à residência, confirmando as observações iniciais. A criança foi acolhida e passou, aproximadamente, dois meses e meio numa casa de acolhimento. O caso foi levado ao Ministério Público, onde se constatou que as informações fornecidas pela responsável não eram completamente verdadeiras. Apesar de seu interesse pela criança, ficou claro que ela não tinha condições psicológicas para cuidar dela. Assim, o menino acabou ficando com a responsável que já estava em Ourilândia. Por intervenção do projeto, hoje a criança tem sua documentação quase completa, faltando apenas o RG. Atualmente, o menino está frequentando a escola e parece feliz. A articuladora conversou com a secretária da escola, assegurando que qualquer eventualidade fosse comunicada à mãe adotiva, que agora cuida da criança. A mãe adotiva, consciente da importância do apoio do projeto, forneceu o endereço da família e expressou o desejo de continuar recebendo ajuda para garantir a Educação do menino. A mãe biológica do garoto, que engravidou aos 14 anos, foi considerada incapaz de cuidar, devido a condições de Saúde mental. Assim, a adoção se consolidou como a melhor solução para o bem-estar da criança.

Caso 4

A história começa com uma estudante que tem sido acompanhada desde 2022, embora sua condição médica específica ainda seja desconhecida. Ela viaja mensalmente para Belém para realizar tratamentos e exames, mas ainda não obteve um diagnóstico conclusivo. A articuladora do projeto soube do caso por meio da escola, quando a diretora entrou em contato telefônico e encaminhou a garota. Ela é filha única, vivendo somente com a mãe. Devido a problemas de violência doméstica, ambas se mudaram para

Ourilândia, onde passaram a morar em uma casa cedida por conhecidos. Para compreender melhor a situação, a articuladora visitou a residência da estudante acompanhada de uma psicóloga da SMED, já que a jovem havia interrompido sua frequência escolar devido à ansiedade generalizada. Esta condição causava preocupação entre os colegas, principalmente porque a estudante, notadamente tímida, havia perdido ainda mais peso, levando a episódios de bullying, intensificados pela proximidade dos exames vestibulares. Durante esse período, a família se mudou para outro bairro. A articuladora do projeto ajudou a conseguir uma vaga em uma escola mais próxima de sua nova residência. Após conversar com a mãe, notou-se uma melhora no comportamento da jovem, que voltou a frequentar a nova escola. A situação foi informada à orientadora e ao diretor da escola, que inicialmente não sabiam do caso. A garota vinha recebendo faltas, apesar de apresentar atestados médicos e termos de comparecimento, devido à necessidade de seus deslocamentos mensais para tratamento. O maior desafio foi fazer a escola compreender a razão desses deslocamentos a Belém. Com o apoio da psicóloga, a situação se amenizou, e a escola começou a compreender a situação, oferecendo grande apoio à estudante, inclusive com recursos escolares adicionais para assegurar sua continuidade no ano letivo.

Caso 5

O caso começou quando o nome de dois irmãos gêmeos apareceu na listagem escolar como infrequentes. Ao entrar em contato com a família, a mãe dos meninos informou que eles eram infrequentes, porque ambos tinham autismo. Por um longo período, ela aguardou por uma consulta com um neuropediatra. Emocionalmente abalada, a mãe compartilhou sua situação, levando a articuladora do projeto a tomar algumas medidas. Ela acompanhou a mãe até a Secretaria de Saúde, explicou a situação dos dois filhos autistas à profissional de Saúde e, poucos dias depois, a mãe fez contato com a articuladora, expressando gratidão. A Secretaria de Saúde havia respondido, encaminhando-a para um neuropediatra em uma cidade próxima. Durante esse acompanhamento, a mãe também iniciou o processo para obter o Benefício de Prestação Continuada (BPC) para ambos os filhos,

o que trouxe maior segurança alimentar para a família. O atendimento na Saúde foi excepcionalmente rápido, resolvendo, em menos de 15 dias, um problema que a mãe enfrentava há anos. Poucos dias depois desse desfecho, a mãe enviou um áudio agradecendo a rapidez e a efetividade do processo, que resolveu questões pendentes por muito tempo.

Estes casos evidenciam múltiplas violações de direitos, incluindo questões de Saúde mental e física, violência doméstica, desafios relacionados à pobreza e à alimentação, e a falta de acesso a serviços essenciais. Esses fatores, combinados, criam barreiras significativas para a inclusão e a permanência escolar de crianças e adolescentes.

O papel do projeto na articulação da rede de proteção e garantia dos direitos de crianças e adolescentes foi fundamental como mediador entre as famílias vulneráveis e os serviços necessários, facilitando o acesso à Educação, Saúde e Assistência Social. Esta intervenção demonstra a importância de uma abordagem intersetorial e coordenada para considerar as múltiplas facetas da exclusão escolar.

No entanto, é importante reconhecer que são ações pontuais em resposta a situações de crise. Elas destacam a urgente necessidade de políticas públicas estruturantes e sustentáveis, que abordem as raízes das desigualdades econômicas e sociais. Tais políticas deveriam focar na melhoria do acesso e na qualidade dos serviços públicos, além de abordar questões socioeconômicas mais amplas que impactam famílias vulneráveis. Somente por meio de uma abordagem integrada e de longo prazo será possível reduzir as desigualdades e garantir os direitos de crianças e adolescentes.

Intersetorialidade

Os casos narrados, de forma breve, revelam a importância da lógica intersetorial orientando as ações da equipe do Territórios em Rede em Ourilândia do Norte. Ao trabalhar em conjunto com diversos setores das políticas sociais e atores institucionais, o projeto visava abordar as múltiplas causas da exclusão escolar e fornecer soluções imediatas e/ou abrangentes que criassem condições para



Equipe em mutirão de Busca Ativa escolar em Ourilândia do Norte

Foto: Bruno Pompeu – Setembro/2023.

que crianças, adolescentes e suas famílias acessassem direitos. O projeto, então, atuou como uma ponte entre as famílias e os serviços essenciais. A equipe realizou articulações com órgãos, como o CRAS, CREAS e CT,¹⁶ escolas ou unidades de Saúde, incluindo visitas domiciliares, distribuição de cestas básicas e, até mesmo, fazendo o agendamento e o acompanhamento de consultas médicas.

Além de atuar diretamente para mediar a necessidade de vagas escolares com a oferta da rede de ensino, o projeto trouxe novas rotinas e reflexões para os profissionais da Educação, desde o nível da gestão educacional, passando pela gestão escolar até a atuação pedagógica. Ao lançar luz sobre a questão da exclusão no município, a rede municipal de ensino começou a se reorganizar, pós-pandemia, para produzir as informações necessárias à Busca Ativa escolar proposta pelo projeto. Isso incentivou o monitoramento periódico da frequência escolar, o mapeamento dos casos de abandono e a solução de entraves, dentre os quais aceitar a matrícula em qualquer momento do ano letivo e articular documentações pendentes com a rede de proteção, sem impedimentos para se restabelecer o vínculo escolar.

Durante seu percurso em Ourilândia do Norte, o Territórios em Rede ajudou a orientar e definir critérios para a Busca Ativa escolar no município, tendo em vista as dificuldades encontradas na localidade.

16 CRAS – Centro de Referência de Assistência Social; CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social; CT – Conselho Tutelar.



Foto: Bruno Pompeu, 2023.

Resultados e impactos

Com a meta inicial de 432 identificações, os números alcançados em Ourilândia do Norte evidenciam o desafio do combate à exclusão escolar enfrentado na região. Ao mesmo tempo, a equipe do Territórios em Rede demonstrou sua capacidade de incidir diretamente no território: entre 744 crianças e/ou adolescentes identificados, 669 voltaram para a escola ou permaneceram nela, ou seja, uma taxa de sucesso de 155% em relação à meta:

- 234 crianças ou adolescentes estavam fora da escola e 193 foram matriculados (82,5%).
- 510 crianças ou adolescentes estavam em risco de evasão e 476 foram reinseridos (93,3%).

	Identificados	Inseridos	Meta	Alcance da meta
Ourilândia do Norte	744	669	432	155%

Fonte: Sistema de Monitoramento do projeto, 2024.

Métodos de Identificação e Resultados

No Territórios em Rede de Ourilândia do Norte, a Busca Ativa foi a principal forma de localização de crianças e adolescentes fora da escola, representando 54,3% das localizações. Em seguida, o processo de produção e validação das listas produzidas pela rede de ensino, que incluíam dados de unidades escolares ou de Secretarias de Educação sobre abandono e infrequência, representaram 22%. O desdobramento dessas listas, ou seja, indicações de alguém já listado, compreendeu 5,4% das localizações.

Por outro lado, 7,8% das identificações foram fruto de demanda espontânea, quando o projeto foi procurado espontaneamente pela família e/ou mobilização comunitária. As indicações diretas da rede articulada também desempenharam importante papel, com equipamentos da Saúde (UBS, UPA, CAPS e Agente Comunitário de Saúde) e da Assistência Social (CRAS, CREAS e SEAS) contribuindo com 3,4% e 1,1%, respectivamente. O Conselho Tutelar e organizações da sociedade civil também indicaram crianças e adolescentes para o projeto.

Estratégias de identificação	Crianças e Adolescentes Identificados	%
Busca Ativa: abordagem ativa.	404	54,3%
Listas oficiais da Educação: de unidade escolar ou de secretarias de Educação (abandono, infrequente, distorção idade-série).	164	22,0%
Desdobramento de listas oficiais da Educação: (indicação de alguém da lista).	40	5,4%
Demanda espontânea: projeto procurado pela família ou respondente.	58	7,8%
Indicação de equipamento público de Saúde como UBS, UPA, CAPS e Agente Comunitário de Saúde.	25	3,4%
Indicação de equipamento público da assistência como CRAS, CREAS, SEAS.	9	1,2%
Indicação de organização da sociedade civil, instituição religiosa, comércio local.	9	1,2%
Indicação do Conselho Tutelar.	2	0,3%
Outro	33	4,4%
Total geral	744	100%

Fonte: Sistema de Monitoramento do projeto, 2024.

Além disso, o Territórios em Rede desempenhou um papel fundamental ao articular as demandas do território com a gestão pública. A atuação da equipe no território buscou promover a integração da rede de proteção e do Sistema de Garantias de Direitos das crianças e dos adolescentes.

Ao apresentar para a Secretaria de Educação, sistematicamente, os motivos da exclusão escolar identificados, por escola, por bairro, por etapa de ensino e o perfil socioeconômico de crianças, adolescentes e suas famílias, foi possível contribuir para o planejamento das redes, sua autoavaliação, além de proporcionar insumos para a reformulação de projetos políticos pedagógicos orientados ao acolhimento de estudantes vulnerabilizados socialmente, para a prevenção e o enfrentamento da exclusão escolar. Trata-se, contudo, de um processo lento, que teve como aposta o caminho da formalização de uma política pública intersetorial que pudesse dar a estas ações um caráter perene e efetivo.



↑ **Para lembrar:** há um acervo de material e vídeos/documentários publicados no canal no YouTube do Projeto

Para alcançar os resultados, foram realizadas **12.730 ações** de acompanhamento a crianças/adolescentes e das famílias, com a finalidade de verificar a situação escolar, fornecer orientações ou encaminhá-las para instituições públicas ou da sociedade civil. Esses atendimentos ocorreram por meio de **9.394 visitas** domiciliares e **5.411 contatos** remotos. Dos **941 encaminhamentos** feitos pela equipe visando à (re)inserção escolar e/ou inclusão:

- **598** foram para a Educação;
- **226** para a Assistência Social;
- **73** para a Saúde;
- **15** para o Conselho Tutelar;
- **10** para equipamentos do Esporte; e
- **19** para outras instituições, inclusive organizações da sociedade civil.

Incidência Política

O Territórios em Rede busca apoiar a consolidação de políticas públicas intersetoriais de prevenção e combate à exclusão escolar, formalmente reconhecidas pelo município. Além disso, visa capacitar os agentes públicos envolvidos para a efetiva implementação destas políticas.

Há uma série de ações realizadas pela equipe do projeto, em diferentes etapas e conforme a disponibilidade dos municípios em prosseguir com as orientações fornecidas, de modo que a experiência da incidência política em cada município é única e progressiva.

A implementação da metodologia do Territórios em Rede, por meio de suas ações diretas no território para a inserção escolar de crianças e/ou adolescentes inicia um percurso de incidência prática, a partir do estabelecimento de rotinas, fluxos, produção de informações e ações intersetoriais e de mobilização orientadas ao atendimento dos casos identificados.

Paralelamente, se estabelecem espaços específicos de gestão das práticas instauradas, como o Comitê Intersetorial, mas também outros fóruns são criados ou fortalecidos em nível local, reunindo equipamentos públicos e sociedade civil em torno da agenda de enfrentamento da exclusão escolar. O projeto atua, neste sentido, incentivando que estes espaços permaneçam ativos, inclusive por meio de sua institucionalização.

Além disso, ações formativas são conduzidas com a finalidade de capacitar agentes públicos na atuação da Busca Ativa escolar e demais estratégias necessárias à implementação de uma **política pública permanente** voltada para esta agenda. É importante destacar que as ações realizadas são construídas de forma dialógica com os representantes municipais, com especial adesão das pastas de Educação, Assistência Social e Saúde, dentre outras.

Ações de incidência para a política pública

As ações necessárias para o aprimoramento das políticas públicas com foco no enfrentamento da exclusão escolar podem ser muitas, porém em cada município é importante compreender quais os caminhos possíveis e quais as demandas que se apresentam com mais força. A Mandala a seguir reúne um conjunto de ações possíveis nessa direção, organizando um potencial de atuação com base na metodologia desenvolvida pelo Territórios em Rede.



Em Ourilândia do Norte, o trabalho de incidência política, desde o início do projeto, estabeleceu uma rotina de articulação e acompanhamento com as Secretarias Municipais afetas à temática proposta pelo projeto. Inicialmente,

foram realizadas reuniões setoriais para definir fluxos de identificação de crianças e/ou adolescentes em situação de exclusão escolar, com base nas práticas já adotadas em seus respectivos programas. A partir das potencialidades identificadas, dá-se início a uma dinâmica contínua de mediação entre as diferentes áreas da administração pública, visando promover uma ação intersetorial coesa.

Assim, o Comitê Gestor Intersetorial estabeleceu um cronograma de reuniões interdisciplinares mensais, com o objetivo de compreender o fenômeno da exclusão escolar no município, envolvendo a análise de casos reais atendidos, bem como as características da população identificada nessa situação e os desafios enfrentados pela rede de proteção.

Durante todo o percurso do Territórios em Rede no município, o CGI realizou 22 reuniões, voltadas para a construção de estratégias de combate à exclusão escolar.

No município, as seguintes Secretarias e instâncias públicas participaram do fórum de debates:

- Secretaria Municipal de Educação
- Secretaria Municipal de Assistência Social;
- Secretaria Municipal de Saúde;
- Conselho Tutelar;
- Ministério Público do Estado do Pará;
- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Nesse sentido, teve destaque, ainda, a parceria com a estratégia Busca Ativa Escolar, uma iniciativa do Unicef e da Undime¹⁷ para municiar as gestões municipais com ferramentas e metodologias de enfrentamento da exclusão escolar,

¹⁷ Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef); União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime).

Busca Ativa Escolar (Unicef/Undime)

A Busca Ativa Escolar é uma estratégia composta por uma metodologia social e uma ferramenta tecnológica disponibilizada gratuitamente para estados e municípios. Ela foi desenvolvida pelo Unicef, em parceria com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), com apoio do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (Congemas) e do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems).

A intenção é apoiar os governos na identificação, registro, controle e acompanhamento de crianças e adolescentes que estão fora da escola ou em risco de evasão. Por meio da Busca Ativa Escolar, municípios e estados têm dados concretos que possibilitam planejar, desenvolver e implementar políticas públicas que contribuam para a garantia dos direitos de meninas e meninos.

A Busca Ativa Escolar reúne representantes de diferentes áreas – Educação, Saúde, Assistência Social, Planejamento, etc. – fortalecendo, dessa forma, a rede de proteção. Cada Secretaria e profissional tem um papel específico, que vai desde a identificação de uma criança ou um adolescente fora da escola ou em risco de abandono, até a tomada das providências necessárias para seu atendimento nos diversos serviços públicos, sua (re)matrícula e sua permanência na escola.

Todo o processo é acompanhado por ferramenta tecnológica, que funciona como um grande banco de dados que facilita a comunicação entre as áreas, armazena dados sobre cada caso acompanhado, e apoia na gestão das informações sobre a situação da criança e do adolescente no município e/ou estado. A ferramenta pode ser acessada em qualquer dispositivo, como computadores de mesa, computadores portáteis, *tablets*, celulares (SMS) ou celulares (*smartphones*). Há também formulários impressos para facilitar o uso dos profissionais que não têm acesso a dispositivos móveis.

Fonte: Busca Ativa Escolar Página inicial. <https://buscaativaescolar.org.br/>.



Equipe em Busca Ativa escolar
em Ourilândia do Norte

Foto: Bruno Pompeu – Setembro/2023.

como um caminho para promover a estruturação de uma política pública, por meio de formações destinadas à utilização da plataforma *on-line* que este programa disponibiliza aos municípios, assim como da apropriação metodológica das ações de Busca Ativa Escolar e do trabalho intersetorial. Desse modo, o projeto estabeleceu, com a Prefeitura de Ourilândia do Norte, um processo de trabalho que realizou, desde o incentivo à adesão do município à estratégia até ações de assessoria para a aprendizagem sobre seu funcionamento e operação: orientação para a organização dos fluxos intersetoriais, formulação de plano de trabalho, capacitação de equipes (orientadores pedagógicos, agentes comunitários de Saúde, assistentes sociais, conselheiros tutelares, entre outros) e estímulo à autonomia para a condução do Comitê Gestor Intersetorial.

Como desafios do grupo e do próprio processo de trabalho, entende-se a dificuldade em estabelecer uma cultura (práxis) intersetorial; resistência de alguns agentes públicos a uma nova agenda de trabalho; dificuldade na definição de representantes fixos, ocasionando instabilidade e rotatividade de participantes; conflitos internos à gestão pública sobre o escopo de atuação exigido de cada pasta e programa; pouca capacidade resolutiva dos participantes e preocupação com a sustentabilidade da iniciativa.

Como avanços, porém, podem ser ressaltados:

- Adesão à Busca Ativa Escolar, iniciativa do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e da União dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e acompanhamento para sua implementação;
- Organização de Comitês formativos ampliados para discutir as temáticas sobre o Sistema de Garantia de Direitos;
- Realização de estudos de casos, proporcionado atendimento integral pela rede às famílias em situação de vulnerabilidade;
- Criação dos Fóruns Intersetoriais descentralizados, com a participação de profissionais das escolas, unidades de Saúde e equipamentos da Assistência Social, sociedade civil e conselheiros tutelares que atuam localmente, mediante reuniões mensais;
- Formações dos agentes públicos sobre a metodologia da Busca Ativa escolar e intersetorialidade;
- Formalização do Comitê Gestor Intersetorial, por meio de Decreto Municipal, que institui a Busca Ativa escolar como política de enfrentamento da exclusão escolar no município.

Além do trabalho intersetorial no nível da gestão municipal, o projeto criou e desenvolveu grupos de trabalho locais, incluindo participantes da rede de proteção social no nível dos equipamentos públicos localizados nos bairros, com atendimento direto à população, como as escolas, os CRAS, as UBS, o Conselho Tutelar, além de representantes da sociedade civil. A experiência teve início a partir do trabalho de campo da equipe de articuladores locais, visando manter a articulação necessária para a continuidade dos atendimentos aos casos de crianças e/ou adolescentes em situação de exclusão escolar pelos agentes públicos locais.



Você conhece alguma
criança ou adolescente
fora da escola?

(94) 99227-9219

Você conhece alguma
criança ou adolescente
fora da escola?

(94) 99145-1640

Você conhece alguma
criança ou adolescente
fora da escola?

(94) 99145-1640

Você co
criança o
fora c

(94) 9

Considerações e aprendizagens



“Qualquer país que se digne a proteger e garantir direitos precisa de uma educação que seja para todas as pessoas e que, no caso do Brasil, supere a histórica negligência ao Direito à Educação.”

Natacha Costa, Diretora da Cidade Escola Aprendiz¹⁸

Para garantir a sustentabilidade das conquistas do Territórios em Rede e disseminar a metodologia e os achados da experiência, foram sistematizadas as seguintes considerações e recomendações:

Quanto ao fluxo e monitoramento das informações

- Criação de um sistema integrado das políticas sociais, com incentivo à utilização do CPF como código único de identificação;
- Atualização permanente do sistema integrado, com informações sobre crianças, adolescentes, famílias e atendimentos (incentivo à atualização regular dos dados nas escolas);
- Definição de um fluxo permanente sobre estudantes infrequentes, com incentivo ao controle diário da frequência escolar;

¹⁸ Disponível em <https://educacaointegral.org.br/reportagens/educacao-integral-qual-o-sentido-de-mais-tempo-na-escola>.

- Melhoria do aproveitamento da ficha de matrícula dos estudantes para ampliação do conhecimento sobre o perfil discente, como insumo para a gestão escolar e o projeto político pedagógico;
- Não exigência de declaração escolar anterior no ato da matrícula, uma vez que o histórico da criança ou do adolescente permanece no sistema de gestão acadêmica (para os casos de estudante que já passou pela rede) e, muitas vezes, se tornava um impeditivo para a matrícula;
- Parceria com os órgãos públicos e o estabelecimento de um fluxo firmado entre as entidades, a fim de regulamentar a troca de informações, com base na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Quanto ao acesso à escola

- A mediação entre a demanda das famílias e a oferta de vagas na rede municipal de ensino revelou que aquelas oferecidas nem sempre atendem às necessidades das famílias, seja pela distância ou necessidade de transporte, pelo horário ou disponibilidade de vagas para irmãos na mesma escola, por questões específicas relacionadas aos estudantes com deficiência e à Saúde, ou, ainda, por problemas relacionados às fronteiras físicas e simbólicas que impedem o trânsito entre as localidades;
- O retorno do ensino presencial demonstrou a necessidade de ampliação de recursos financeiros e humanos a fim de reverter os déficits de escolarização dos estudantes, a perda de matrículas e o aumento do abandono escolar. Soma-se a estas demandas, o contínuo investimento em formação continuada e o acompanhamento dos profissionais da Educação no desenvolvimento de estratégias pedagógicas capazes de superar os desafios ligados às aprendizagens;
- A ampliação e a qualificação de informações sobre a matrícula, com maior capilaridade nos territórios mais vulneráveis e com a garantia de

profissionais capacitados para o acompanhamento e orientação adequados às famílias. É importante que as informações sejam compartilhadas com os demais equipamentos públicos presentes nos territórios para que toda a rede de proteção possa orientar devidamente os responsáveis pelas crianças e/ou adolescentes;

- A implantação de protocolo interno da Secretaria de Educação quanto ao atendimento legal para casos de crianças e/ou adolescentes sem documentação (certidão de nascimento, comprovante de escolaridade, etc.);
- A ampliação da oferta do transporte escolar e do transporte público sem custo para estudantes e os responsáveis que os acompanham no trajeto até a escola;
- A definição de estratégias diante de situações que dificultam o acesso de crianças e adolescentes à Educação, como unidades escolares distantes da residência ou instaladas em áreas de risco; a exclusão de “estudantes-problema” (comumente de natureza comportamental, indisciplina e/ou baixo aproveitamento nos estudos); em situação de medida socioeducativa; falta de vagas para irmãos na mesma escola, e outras, a fim de resolvê-las a contento.

Quanto ao trabalho das escolas

- Construção e/ou revisão do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, incluindo formas de prevenção da exclusão de estudantes em situação de infrequência e a adoção de uma perspectiva inclusiva e equitativa;
- Adoção de uma perspectiva antirracista, de enfrentamento das desigualdades de gênero e em defesa de uma Educação laica em todas as esferas da gestão educacional, gestão escolar e atuação pedagógica;
- Criação de estratégias específicas para a garantia das condições de aprendizagem para crianças e/ou adolescentes em risco de exclusão, no que diz respeito à promoção e à permanência na escola;

- Compromisso da escola com o abandono “zero”;
- Estímulo à organização dos estudantes e ao protagonismo juvenil para a prevenção à exclusão escolar, com a promoção de melhorias no ambiente escolar e das relações interpessoais;
- Formação continuada dos profissionais da Educação e desenvolvimento de práticas de gestão e políticas pedagógicas, que efetivem uma aprendizagem equitativa, considerando-se as desigualdades raciais, de gênero, em relação a pessoas com deficiência e territoriais;
- Formação continuada para professores, preparando-os para atender às diversas necessidades dos estudantes e para o ensino em um ambiente pós-pandemia;
- Ampliação da oferta educativa, com diversificação de tempos, espaços e linguagens, incluindo artes, esportes e atividades extracurriculares, promovendo o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes.

Quanto ao trabalho da rede de proteção social junto às famílias e escolas

- Ampliação de programas de transferência de renda para famílias em situação de pobreza, assegurando que as necessidades econômicas não levem os adolescentes ao trabalho precoce e desprotegido, permitindo que se concentrem exclusivamente em sua aprendizagem;
- Investimento em serviços de Saúde mental e bem-estar nas escolas e unidades de Saúde para apoiar o desenvolvimento emocional e psicológico dos estudantes, especialmente das adolescentes gestantes;
- Envolvimento comunitário e familiar, com a participação ativa da comunidade e dos responsáveis na Educação, criando uma rede de apoio ao redor dos estudantes e fortalecendo a comunidade escolar;

- Promoção de parcerias e mobilização das instituições locais (associações de moradores, igrejas, ONGs, comércios locais e equipamentos públicos, entre outros), para o engajamento das comunidades em torno do compromisso de superar a exclusão escolar. É importante que as informações sejam compartilhadas com os demais equipamentos públicos presentes nos territórios para que toda a rede de proteção possa orientar devidamente os responsáveis;
- Promoção de campanha permanente pela causa da garantia do Direito à Educação, com ampla mobilização nos territórios e na cidade, por meio de diversos recursos já disponíveis e estratégias de comunicação (cartazes, folhetos, *folders*, panfletagem, carro de som, etc.) de forma planejada, para maior efetividade dos resultados.

Quanto à intersetorialidade e colaboração

- A construção de respostas intersetoriais permitiu que diferentes setores trabalhassem juntos para enfrentar o problema da exclusão escolar de maneira multidimensional e sistêmica, considerando-se os diferentes aspectos relacionados ao fenômeno;
- A colaboração entre diferentes setores e serviços levou à utilização mais racional dos recursos, evitando duplicação de agendas, redundâncias de ações e aproveitando as sinergias entre as diferentes áreas, com metas e objetivos comuns, além do envolvimento de profissionais responsáveis por diferentes programas;
- A articulação de redes de serviços para atendimento das demandas das famílias permitiu que os sujeitos e as comunidades tivessem acesso a um conjunto mais amplo de oportunidades e direitos, sem a qual possivelmente teriam encontrado maiores dificuldades para acessar;
- A articulação de diferentes setores e serviços em torno de uma causa comum amplia e fortalece o *advocacy* e a incidência em políticas,

possibilitando a defesa por recursos e o aprimoramento das condições de trabalho nos territórios;

- A ativação dos territórios e bairros da cidade em torno da agenda de enfrentamento da exclusão escolar promove a colaboração entre os equipamentos públicos e a integração dos serviços de Educação, Saúde, Assistência Social, sociedade civil, entre outros, fortalecendo os vínculos comunitários e o sentimento de pertencimento;
- A interação entre diferentes setores e profissionais permite a troca de conhecimentos e os incentiva a melhores práticas, aprimorando a reflexão sobre o atendimento prestado, ampliando o conhecimento sobre o que cada Secretaria oferece, seus desafios e estratégias, de modo a fortalecer uma cultura de trabalho intersetorial no município.

Ficha Técnica

FUNDAÇÃO VALE

Malu Paiva

Presidente do Conselho de Curadores

Flavia Constant

Diretora Presidente

Pâmella De-Cnop

Diretora Executiva

Fernanda Fingerl

Gerente de Metodologias Sociais

Marcus Finco

Gerente Norte

Andreia Prestes

Analista Especialista de Metodologias

Marluce Braz

Analista de Metodologias

Claudia Lopes

Analista Norte/Nordeste

Fabio Macedo

Comunicação Fundação Vale

CIDADE ESCOLA APRENDIZ

Natacha Costa

Diretora Geral

Paula Patrone

Diretora Institucional

Raiana Ribeiro

Diretora de Programas

Roberta Tasselli

Diretora de Comunicação para o Desenvolvimento

Eliana Sousa Silva

Consultora Metodológica

Julia Ventura

Gestora Estratégica

Gisele Martins

Gestora Estratégica de Campo

Dalcio Marinho

Gestor Estratégico de Produção de Conhecimento

Ana Paula Santana Rodrigues

Felipe Tau

Gestão Executiva

Bianca Cambiaghi

Filipe Mendonça

Gestão de Monitoramento e Avaliação

Daniele Moura

Isys Remião

Gestão de Comunicação

Sabrina Bairros

Luciana Souza

Analistas de Comunicação

Marco Faganello

Analista de Monitoramento e Avaliação

Fernando Nascimento

Assistente Monitoramento e Avaliação

Gabriel Oliveira Carvalho

Assistente de Projeto

Jaqueline Ferreira

Assistente de Comunicação

Elza Sousa

Gestão Geral de Campo

Cristilene Longobardi

Gestão de Polo

Equipe Territórios em Rede

Ourilândia do Norte

Sabrina Paes Kobayashi

Gestão Local

Conceição Nunes da Silva

Gracileide Fernandes

Letícia Lopes Dias

Lucilene da Silva

Articuladores locais

Evidências e Sistematização

Miriam Krenzinger

Consultora

Natália Guindani

Coordenação

Bruna Musumeci

Luíza Santos

Pesquisadoras

Fernando Mendes

Assistente de pesquisa

Julia Dietrich

Edição

Julia Ventura

Natacha Costa

Raiana Ribeiro

Revisão técnica

Gláucia Cavalcante

Gustavo Abumrad

Projeto Gráfico

Gustavo Abumrad

Diagramação

Elizete Munhoz Ribeiro

Revisão de textos

Daniele Moura

Isys Remião

Revisão Final

Iniciativa:



Parceiro Executor:



Parceiro Investidor:



Parceiro Institucional:

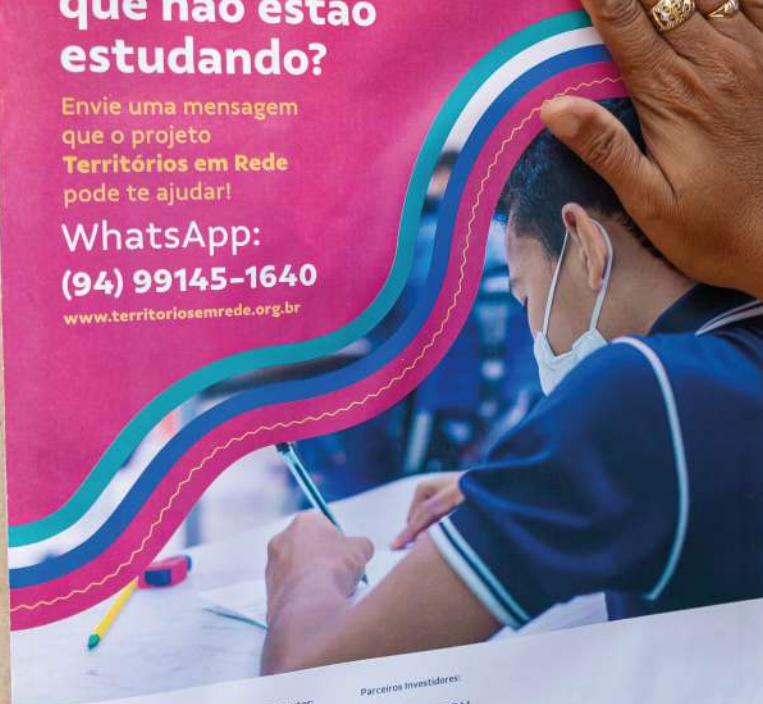


Territórios
em Rede

Você conhece crianças
ou adolescentes de
Ourilândia do Norte
que não estão
estudando?

Envie uma mensagem
que o projeto
Territórios em Rede
pode te ajudar!

WhatsApp:
(94) 99145-1640
www.territoriosemrede.org.br



Iniciativa:
FUNDAÇÃO VALE

Parceiro Executor:
APRENDIZ

Parceiros Investidores:
WHEATON
PARCEIRO WHEATON



Iniciativa:



Parceiro Executor:



Parceiro Investidor:



Parceiro Institucional:

